

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Camila Talgatti Terra

**O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA: AS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO PARA  
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DURANTE A VIGÊNCIA DA PARCERIA  
ESTRATÉGICA (2007-2024)**

Dourados  
Dezembro, 2024

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Camila Talgatti Terra

**O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA: AS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO PARA  
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DURANTE A VIGÊNCIA DA PARCERIA  
ESTRATÉGICA (2007-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
à Banca Examinadora da Universidade  
Federal da Grande Dourados, como  
pré-requisito para obtenção do título de  
Bacharela em Relações Internacionais, sob a  
orientação do Prof. Dr. Tomaz Espósito Neto.

Dourados  
Dezembro, 2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

T324b Terra, Camila Talgatti  
O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA: AS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO PARA  
PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DURANTE A VIGÊNCIA DA PARCERIA ESTRATÉGICA  
(2007-2024) [recurso eletrônico] / Camila Talgatti Terra. -- 2025.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Tomaz Espósito Neto.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Relações Brasil-União Europeia. 2. Cooperação Internacional. 3. Parceria Estratégica. 4. Meio-Ambiente. I. Espósito Neto, Tomaz . II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS  
FACULDADE DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 5 de dezembro de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Camila Talgatti Terra** tendo como título “**O BRASIL E A UNIÃO EUROPEIA: AS POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO PARA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL DURANTE A VIGÊNCIA DA PARCERIA ESTRATÉGICA (2007-2024).**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dr. Tomaz Espósito Neto** (orientador), **Dra Angélica Szucko** (examinadora) e **Me. Lisa Belmiro Câmara** (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADO.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** TOMAZ ESPOSITO NETO  
Data: 18/12/2024 09:13:35-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Dr. Tomaz Espósito Neto**

Orientador

*Angélica Saraiva Szucko*

**Dra. Angélica Szucko**

Examinadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** LISA BELMIRO CAMARA  
Data: 17/12/2024 22:12:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Me. Lisa Belmiro Câmara**

Examinadora

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Jair e Arizete, que com muito amor se dedicaram e cuidaram da minha educação, se preocuparam desde o princípio com a qualidade da minha formação. Agradeço também a minha irmã Mariana que sempre esteve comigo, compartilhando momentos felizes e rotineiros, minha melhor companhia e fonte de inspiração. Aos meus avós que acompanham meu crescimento, torcem por mim, me incentivam e me inspiram muito. A minha prima Bia, minha primeira amizade da vida, e a Tia Ana, minha segunda mãe, duas geógrafas que admiro imensamente.

Agradeço as professoras e professores do curso de Relações Internacionais, que de modo diferencial, auxiliam no meu processo de desenvolvimento profissional. Em especial agradeço o Professor Tomaz, meu orientador que contribui grandemente para minha formação, mostrando oportunidades e me incentivando desenvolver as melhores habilidades da minha versão como internacionalista.

Com sentimento de gratidão, reconheço minha trajetória na Universidade Federal da Grande Dourados, a partir dela alcancei múltiplos aprendizados, teóricos, práticos e emancipatórios, possuí vivências incríveis e fiz muitas amizades. Por isso, me comprometo a zelar pelas novas amizades que ganhei com a faculdade, vocês são muito importantes pra mim e eu amo estar com vocês!

Durante a graduação possuí oportunidades únicas e marcantes, em especial de ser pesquisadora de PIBIC da Cátedra Jean Monnet UFGD, e de ter sido a presidente da Ínteri Jr em 2023. Sou extremamente grata a essas experiências e as pessoas que me acompanharam nessas jornadas desafiadoras, por meio delas adquiri habilidades e competências valiosas que me ajudam a encontrar o perfil profissional que almejo seguir. Por fim, agradeço a Equipe da Fundação Neotrópica do Brasil, que durante a etapa de finalização deste TCC me acolheu e me possibilitou mais uma experiência maravilhosa, a realização do voluntariado em uma instituição do terceiro setor que trabalha em prol da conservação da biodiversidade.

Sigo aprendendo bastante, abraçando a interdisciplinaridade das Relações Internacionais e fico muito feliz e grata em saber que possuo uma rede de apoio incrível, que torce por mim e a cada dia me ensina um pouquinho mais sobre o mundo.

## RESUMO

No ano de 2007 houve o lançamento da Parceria Estratégica entre Brasil e União Europeia, com o intuito de intensificar laços a partir do alargamento do diálogo político, para abranger questões de interesse comum e de importância global. Assim, mediante o cenário de urgência das agendas de clima e meio ambiente as políticas de cooperação entre diferentes atores têm apresentado limitações e desafios, devido a complexibilidade do teor dos debates e negociações para realização de medidas efetivas, como a preservação e conservação ambiental. Com isso, a seguinte produção tem como pergunta de pesquisa: qual é o papel do Brasil na política externa comum da União Europeia em relação às pautas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável? Dessa forma, a pesquisa busca analisar a evolução do diálogo e das iniciativas da Parceria Estratégica BR-UE para o desenvolvimento sustentável desde 2007 até 2024. Para tanto, os objetivos específicos são: entender o processo de consolidação da UE e de sua política externa comum; compreender a evolução do Brasil na política internacional da UE e analisar os projetos de cooperação entre Brasil e União Europeia em políticas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Atualmente o vínculo demonstra esforços conjuntos para prosseguir os diálogos e buscar iniciativas que priorizam a melhoria das relações sociedade-natureza, com ações que promovam investimentos sustentáveis para a transição ecológica. Ademais, a Parceria Estratégica se mostra como mecanismo garantidor do diálogo regular, formalizado e de alto nível, acerca da agenda bilateral e multilateral, que conjuntamente influenciam a governança global. Esta pesquisa qualitativa utilizou o método indutivo e dedutivo, retratou uma análise documental e bibliográfica sobre as políticas de cooperação internacional, sob o marco teórico do institucionalismo liberal. A finalidade da abordagem é acrescentar à produção sobre como os conceitos de interdependência complexa, efeito “spillover” e relações de poder são influentes nas trocas entre Brasil e UE. Sobretudo em vista da perspectiva europeia, que tradicionalmente defende uma ordem global liberal e normativa, mobilizadora de esforços e expectativas em prol do fortalecimento dos laços com parceiros.

**Palavras chave:** Relações Brasil - União Europeia, Cooperação Internacional, Parceria Estratégica, Meio-Ambiente.

## ABSTRACT

In 2007, the Strategic Partnership between Brazil and the European Union was launched, with the aim of strengthening ties through the expansion of political dialogue, to encompass issues of common interest and global importance. Thus, given the urgency of climate and environmental agendas, cooperation policies between different actors have presented limitations and challenges, due to the complexity of the debates and negotiations for implementing effective measures, such as environmental preservation and conservation. As such, this study poses the following research question: what is Brazil's role in the European Union's common foreign policy regarding environmental preservation and sustainable development issues? Accordingly, the research seeks to analyze the evolution of the dialogue and initiatives of the Brazil-EU Strategic Partnership for sustainable development from 2007 to 2024. The specific objectives are: to understand the process of EU consolidation and its common foreign policy; to comprehend Brazil's evolution in EU international politics and to analyze cooperation projects between Brazil and the European Union regarding environmental preservation and sustainable development policies. Currently, the bond demonstrates joint efforts to continue dialogues and seek initiatives that prioritize improving society-nature relations, with actions that promote sustainable investments for ecological transition. Furthermore, the Strategic Partnership proves to be a mechanism that guarantees regular, formalized, and high-level dialogue on bilateral and multilateral agendas, which jointly influence global governance. This qualitative research employed both inductive and deductive methods, presenting a documentary and bibliographic analysis of international cooperation policies under the theoretical framework of liberal institutionalism. The aim of this approach is to contribute to the literature on how the concepts of complex interdependence, spillover effect, and power relations influence exchanges between Brazil and the EU. This is particularly relevant in view of the European perspective, which traditionally advocates for a liberal and normative global order, mobilizing efforts and expectations towards strengthening ties with partners.

**Keywords:** Brazil - European Union Relations, International Cooperation, Strategic Partnership, Environment.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

FIGURA 1 - ALARGAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA..... 15

FIGURA 2 - O PACTO ECOLÓGICO EUROPEU..... 19

### GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PARTE DA UE NO COMÉRCIO MUNDIAL ..... 16

GRÁFICO 2 - EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA DO BRASIL DE 1990 A 2022  
..... 23

### TABELAS

TABELA 1 - PLANO DE AÇÃO DO ACORDO DE PARIS..... 35

TABELA 2 - INICIATIVAS DO GLOBAL GATEWAY NO BRASIL..... 40

TABELA 3 - AÇÕES DE COOPERAÇÃO PROMOVIDAS POR BRASIL E UNIÃO  
EUROPEIA ..... 42

## LISTA DE SIGLAS

BCE - Banco Central Europeu

CBAM - Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (*Carbon Border Adjustment Mechanism*)

CE - Comunidade Europeia

CEE - Comunidade Económica Europeia

EFTA - Associação Europeia de Comércio Livre (*European Free Trade Association*)

EUDR - Lei sobre a Importação de *Commodities* de Risco Florestal (*Deforestation-free products law*)

EURATOM - Comunidade Europeia da Energia Atómica

GEE - Gases do Efeito Estufa

GG - Global Gateway

IED - Investimento Estrangeiro Direto

JAI - Justiça e Assuntos Internos (JAI)

MDL- Mecanismo de Desenvolvimento Limpo

MRE - Ministério das Relações Exteriores

NAMAs - Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas (*Nationally Appropriate Mitigation Actions*)

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OI - Organização Internacional

ONU - Organizações da Nações Unidas

PAC - Política Agrícola Comum

PE - Parceria Estratégica

PEE - Pacto Ecológico Europeu

PESC - Política Externa e de Segurança Comum

PIB - Produto Interno Bruto

PNMC - Política Nacional sobre Mudança do Clima

SEAE - Serviço Europeu para a Ação Externa

SEEG - Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa

TUE - Tratado da União Europeia

UE - União Europeia

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change*)

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2. UNIÃO EUROPEIA E A POLÍTICA EXTERNA COMUM: DE 1951 a 2024</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1 Breve histórico da UE e o processo de regionalismo europeu: de 1951 a 2024</b> .....	<b>13</b>
<b>2.2 Estrutura da UE: principais instituições e a Política Externa Comum</b> .....	<b>16</b>
<b>2.3 O Pacto Ecológico Europeu na política externa comum da UE</b> .....	<b>18</b>
<b>3. O BRASIL NA POLÍTICA INTERNACIONAL DA UE: PARCEIROS ESTRATÉGICOS E PRAGMÁTICOS</b> .....	<b>20</b>
<b>3.1 A construção da parceria estratégica: antecedentes e governo Lula (2003-2011)</b> .....	<b>20</b>
<b>3.2 A Parceria Estratégica durante o governo Dilma: mudanças de prioridades</b> .....	<b>23</b>
<b>3.3 Períodos de redirecionamentos e descontinuidades: o governo Temer (2016-2018) e o governo Bolsonaro (2019-2022)</b> .....	<b>25</b>
<b>3.4 Atuais objetivos, desafios e oportunidades da Parceria Estratégica Brasil-UE</b> .....	<b>29</b>
<b>4. PROJETOS DE COOPERAÇÃO BRASIL - UE: AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL</b> .....	<b>33</b>
<b>4.1 Compromissos internacionais do Brasil e da União Europeia: o multilateralismo e as relações bilaterais</b> .....	<b>33</b>
<b>4.2 As principais iniciativas pós o Acordo de Paris: PEE e Políticas Brasileiras</b> .....	<b>36</b>
<b>4.3 Cooperação entre BR-UE para o Clima e Meio Ambiente</b> .....	<b>38</b>
<b>4.4 Ações conjuntas BR-UE; entraves de um país em desenvolvimento</b> .....	<b>41</b>
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	<b>44</b>
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	<b>46</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A Parceria Estratégica (PE) entre Brasil e União Europeia, estabelecida em 2007, ampliou e estruturou políticas bilaterais desse vínculo. No âmbito da política externa, tais atores compartilham valores e interesses fundamentais, incluindo o respeito pelo Estado de Direito, direitos humanos, preocupações com as alterações climáticas e a prossecução do crescimento econômico e da justiça social (União Europeia, 2007).

Desse modo, a parceria foi estruturada em torno de temáticas universalistas, pertencentes a agendas multilaterais. As Cúpulas anuais e demais relações políticas centralizam temas como: a promoção da paz e segurança, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza, promoção da cooperação regional e cooperação nas áreas de ciência e tecnologia (União Europeia, 2021).

No entanto, mesmo apresentando sucessos e convergência de ideias nas agendas, ao longo dos anos da parceria foi possível observar algumas tensões entre os atores, ocasionados por posicionamentos divergentes, expectativas e frustrações nas iniciativas inter-regionais (Saraiva, 2014, p. 401). Nesse aspecto, as políticas e diálogos para o desenvolvimento sustentável centralizam muitos esforços dessa cooperação (União Europeia, 2007). Por esse motivo, o presente estudo busca analisar as iniciativas de modo aprofundado, para verificar a evolução das ações e compreender os principais desafios e oportunidades.

Diante desse cenário, o trabalho possui a seguinte pergunta de pesquisa: Qual é o papel do Brasil na Política Externa Comum da União Europeia em relação as pautas de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável?

O escopo do texto é analisar a evolução do diálogo e das iniciativas da Parceria Estratégica Brasil-UE para o desenvolvimento sustentável desde 2007 até 2024. Para tanto, os objetivos específicos são: entender a evolução da UE e de sua Política Externa Comum; Compreender a evolução do Brasil na política internacional da UE e analisar os Projetos de Cooperação entre Brasil e União Europeia em relação as políticas de preservação ambiental.

A pesquisa possui como marco teórico o institucionalismo liberal. Para interpretar as relações entre Europa e Brasil a teoria de Robert Keohane (2001) e Joseph Nye (2009) sobre Interdependência Complexa é pertinente. Segundo os autores o conceito se refere as dinâmicas do sistema internacional serem estruturadas a partir de situações caracterizadas por efeitos recíprocos, os quais geram um mundo interconectado mediante múltiplos canais

(Keohane; Nye, 1987, p. 40). Diante dessa exposição, o fato da União Europeia ser o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e o Brasil o maior exportador de bens agrícolas e alimentícios para a UE (Brasil, 2023) atesta o vínculo de interdependência.

Contudo, apesar de existir a relação econômica aprofundada construída, o panorama desse vínculo é permeado por entraves, especialmente em temas ligados ao desenvolvimento sustentável, preservação ambiental e combate ao desmatamento. Nesse viés, as mudanças climáticas são um dos maiores desafios de governança atualmente, na medida em que combinam uma enorme complexidade: altos custos da transição, efeitos potencialmente devastadores, demanda por ações cooperativas em uma estrutura de incentivos que dificultam a cooperação (Keohane, 2014; Ostrom, 2009, sp).

Nesse sentido, os autores Eduardo Viola e Matías Franchi (2022, p. 147) interpretam que algumas figuras políticas-chave valorizaram os ativos ambientais brasileiros como uma característica central da identidade nacional e das possibilidades de desenvolvimento. No entanto, o sistema político e outros elementos posicionam limites ao compromisso climático do país e, mais amplamente, o consolidam como uma potência ambiental com baixo desempenho, mesmo sendo um ator importante para governança global nesses temas.

Dessa forma, as percepções internacionais, como a da União Europeia sobre a gestão da política ambiental brasileira, oscilam de acordo com a condução da política doméstica. Logo, de acordo com a Teoria dos Jogos de dois níveis, produzida por Robert Putnam (1988), o contexto das negociações entre Brasil e UE também é acompanhado pela tensão entre política interna e externa, sobretudo em relação aos compromissos climáticos e demais agendas para preservação do meio ambiente.

O sucesso nas negociações internacionais depende não apenas da diplomacia no nível internacional, mas também da capacidade dos líderes nacionais de construir coalizões e garantir apoio doméstico (Putnam, 1988, p. 457).

Nesse âmbito, as ponderações teóricas sobre formas de projeções de poder, também são conceituações importantes na pesquisa. Nesse viés, o “*soft power*” repousa na capacidade de moldar as preferências dos outros, enquanto o “*hard power*” está relacionado à coerção e cooptação, seja por meio do poder militar ou do econômico (Nye Jr, 2014 p. 2-5). Mediante a isso é possível entender como grandes potências planejam as ações, em especial, cabe a análise sobre o desempenho da UE para projeção de liderança da ação climática na política global.

Segundo Orbie (2006), a União Europeia empenha-se em conduzir suas ações externas por meio do *civilian power*. O termo refere-se a capacidade da UE de exercer influência internacional por meio de instrumentos não militares. Essa abordagem enfatiza a importância de promover estabilidade e a paz global através da cooperação e do diálogo, para consolidar a UE como um ator global que prioriza soluções pacíficas e sustentáveis para os desafios internacionais (Orbie, 2006, p. 22).

O argumento central do trabalho retrata que mediante o cenário de urgência das agendas de clima e meio ambiente as políticas de cooperação da Parceria Estratégica Brasil-UE apresentam limitações. Sobre isso, o bloco utiliza o poder brando, como a diplomacia climática, iniciativas do Pacto Ecológico Europeu (PEE) para persuadir países a adotarem políticas ambientais rigorosas, oferecendo financiamento e tecnologia para atingir metas que focalizem determinado modelo de desenvolvimento sustentável.

Em termos metodológicos, a elaboração da pesquisa é qualitativa e segue a abordagem do método indutivo-dedutivo para a observação dos fenômenos. Sobre isso, Lakatos e Marconi (2003, p. 91) explanam que os dois tipos de argumentos têm finalidades diversas; o dedutivo tem o propósito de explicar o conteúdo das premissas, o indutivo tem o desígnio de ampliar o alcance dos conhecimentos.

Ademais, a análise bibliográfica produzida segue a metodologia qualitativa denominada *process tracing*, cunhado por David Collier (2011). O intuito desse método é compor sequências causais dos fatos estudados, por meio de fontes primárias, como documentos, resoluções, dados oficiais junto a leituras de livros, teses e artigos de análise de política externa que configuram as fontes secundárias da pesquisa. Dessa forma, é possível compor relações de causa e efeito e atestar níveis de regularidade nas ações da parceria.

Além da introdução e da conclusão, o desenvolvimento do trabalho é dividido em três partes: primeiramente o histórico das relações internacionais da UE e de sua Política Externa Comum; em sequência é abordado o Brasil na política internacional da UE, ao apresentar a Política Externa Brasileira em relação a Parceria Estratégica. Por fim, é feita uma análise dos Projetos de Cooperação do âmbito da PE, com o intuito de avaliar o compromisso e a evolução das políticas para preservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

A partir das análises, a UE tem adotado instrumentos de *hard power* para atingir os objetivos comuns do bloco, especialmente na área econômica, com sanções comerciais,

regulações e demais condicionamentos em acordos. Como exemplo, é possível citar a negociação do Acordo Mercosul-UE, pois as cláusulas sobre desmatamento são fatores de grande preocupação entre as partes. Ademais, em negociações a UE vem introduzindo outras regulamentações ambientais, como o Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (*Carbon Border Adjustment Mechanism* - CBAM) e a Lei sobre a Importação de *Commodities* de Risco Florestal (*Deforestation-free products law* - EUDR), isso gera repercussões significativas no comércio internacional e no vínculo com parceiros.

Medidas discriminatórias extraterritoriais unilaterais [...] ao desconsiderar as características e capacidades dessas regiões em que se adequarem a estas novas diretrizes, o bloco não estaria equilibrando as três dimensões do desenvolvimento sustentável, a saber: a econômica, social e ambiental (Szucko, 2023, p. 153).

Assim, a UE pressiona e propõe condicionamentos nas relações comerciais, vincula o acesso a seu mercado com a adoção de políticas climáticas rigorosas pelos exportadores. Isso consolida uma influência normativa a qual demonstra a governança climática como campo de disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento (Szucko, 2023, p. 154).

A terceira parte do trabalho aborda a evolução da Parceria Estratégica mediante a condução da política externa dos governos brasileiros nas agendas de clima e meio ambiente. Logo, a delimitação temporal elencada para análise está configurada a partir de 2007. Assim, são retratados os governos Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016), Michel Temer (2016-2018), Jair Bolsonaro (2019-2022) e Lula III (2023-atual).

Dessa maneira, a evolução do diálogo de alto-nível consolidado entre o Brasil e a UE será melhor compreendido, especialmente com a verificação de dados no Sistema de Concórdia<sup>1</sup> do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Com isso, os Acordos de Cooperação, documentos oficiais das chancelarias e presidências, dados sobre Investimento Estrangeiro Direto (IED) europeu, atestam o fenômeno de *spillover*. Esse conceito expressa a ideia de transbordamento da cooperação para diversas arenas de interdependência complexa, as quais geram o fortalecimento dos laços de cooperação, confiança e dependência mútua (Keohane; Nye, 1997, p. 236).

Na quarta parte, é abordado a análise dos Projetos de Cooperação entre Brasil e UE para avaliar o compromisso e a evolução das políticas para preservação ambiental e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o aprofundamento do tema é feito por meio da abordagem sobre os Compromissos internacionais do Brasil e da UE, o multilateralismo e as

---

<sup>1</sup> Banco de dados do Ministério das Relações Exteriores, o qual contém as fontes primárias referentes aos atos internacionais celebrados pelo Brasil.

relações bilaterais. Posteriormente são abordadas as principais iniciativas após o Acordo de Paris; PEE e Políticas Brasileiras; em sequência são abordadas as iniciativas de cooperação entre BR-UE para o clima e meio ambiente. Em desfecho, são retratadas ações conjuntas entre os atores, tracionada por uma análise crítica em relação aos entraves de um país em desenvolvimento.

## **2. UNIÃO EUROPEIA E A POLÍTICA EXTERNA COMUM: DE 1951 a 2024**

Neste segmento, é exposto o processo da integração regional europeia, o qual fundamentou a criação da UE como união econômica e política de características únicas, atualmente constituída por 27 Estados-membros europeus. Segundo Bela Balassa (1961), a integração regional é um fenômeno pautado na ideia de aproximação política e econômica por meio de interesses convergentes, no qual o objetivo é o aumento do grau de liberalização do comércio, mas que também possui efeitos políticos. O autor expõe que a formação dessas unidades, pode assumir diversas formas conforme o grau de integração (Balassa, 1961).

Ao apresentar brevemente o histórico de criação da UE e o organograma de instituições, principais órgãos e agências da União, pretende-se compreender as características da política externa europeia e demais orientações comuns que o bloco segue.

### **2.1 Breve histórico da UE e o processo de regionalismo europeu: de 1951 a 2024**

Sob a ótica da teoria funcionalista, a União Europeia foi criada como um dos resultados da Segunda Guerra Mundial, por conta dos Estados estarem fragilizados. A base originária do bloco foi a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, com o Tratado CECA firmado em 1951. Por meio dele houve a união de 6 países: França, Alemanha Ocidental, Itália e Benelux (Bloco dos países Bélgica, Luxemburgo e Holanda formado em 1944) e organizou a livre movimentação e acesso a essas fontes de matérias primas.

De acordo com Ernst B. Haas (1961, p. 291), a integração política de Estados soberanos começa pela integração em áreas funcionais ou técnicas, que, ao se mostrarem eficazes, geram demandas para expandir a integração a outras áreas, resultando em um efeito de transbordamento. Dessa forma, Haas conceitua o termo *spillover* e infere que pressões surgem com o intuito de integrar áreas não originalmente contempladas, criando um círculo virtuoso de interdependência crescente.

Durante a década de 50 foram criadas importantes instituições da UE, o Conselho da Europa e o Parlamento Europeu. Os Tratados de Roma, de 1957, instituíram a Comunidade Europeia da Energia Atômica (EURATOM) e a Comunidade Econômica Europeia (CEE) (União Europeia, 2024). Respectivamente, as funções foram; regular o uso da energia nuclear pelos países, criando uma estrutura que impedisse o uso para fins militares a fim de promover a coexistência pacífica das nações e ambicionar o processo de integração para além das bases setoriais do carvão e do aço (Costa, 2017, p. 31).

No decorrer dos anos 60 a União cresceu economicamente junto a criação da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), responsável por promover o livre comércio e a integração econômica regional. Nos anos 70, passou a ser composta por 9 membros após Dinamarca, Irlanda e Reino Unido aderiram à CEE e ocorreu as primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu (União Europeia, 2024).

No período de 1980-89 ocorrem mudanças significativas, a CEE expande seus domínios ao integrar Grécia, Espanha e Portugal, constituindo um bloco com 12 Estados-membros. O Ato Único Europeu (1986) foi importante marco do período, determinou vasto programa para consolidar o mercado único europeu, conferiu ao Parlamento Europeu maior capacidade de agência e reforçou os poderes das Comunidades Europeias em matéria de proteção do ambiente (União Europeia, 2024).

Ao longo da década de 90, os Tratados de Maastricht (1992) e de Amsterdã (1999) retrataram novas etapas de alargamentos. O primeiro, também conhecido como Tratado da União Europeia (TUE), foi responsável por tornar a CEE em Comunidade Europeia (CE).

O Tratado de Maastricht entra em vigor, criando a União Europeia com base num pilar "Comunidade" alargado. Este tratado cria a união económica e monetária e estabelece dois novos pilares: a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a cooperação nos domínios da Justiça e dos Assuntos Internos (JAI) (União Europeia, 2024).

Em 1995, ganhou 3 novos membros; Áustria, Suécia e Finlândia, e houve a assinatura do Acordo de Schengen, um espaço sem controle de fronteiras internas, onde os cidadãos da UE, residentes de países terceiros e os visitantes podem viajar com segurança e liberdade. O Tratado de Amsterdã estabeleceu planos para reformar as instituições europeias para fortificação do bloco (União Europeia, 2024).

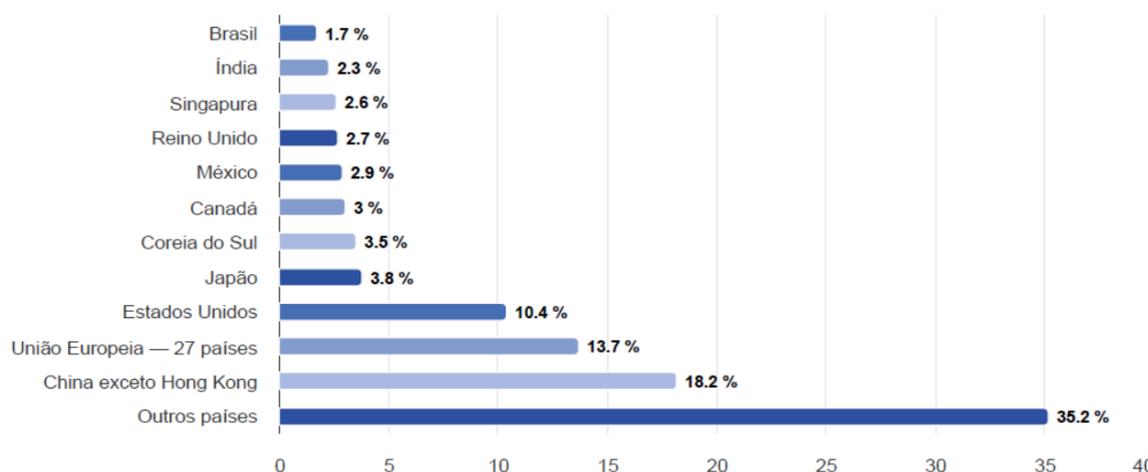
O decorrer dos anos 2000 foi marcado pela intensa fase de expansão ao Leste europeu, juntando mais 12 países à CE e pelo lançamento da Zona do Euro em 2002. O Tratado de Nice (2001), a Convenção sobre o Futuro da Europa (2003) e o Tratado de Lisboa (2009) consolidaram esforços para aumentar a eficiência e a legitimidade das instituições da UE e a preparar para os próximos alargamentos (União Europeia, 2024). Focalizavam simplificar os instrumentos de ação, promover democracia, transparência, eficiência e elaborar uma Constituição, que não foi aprovada pelos Estados membros (União Europeia, 2024).

Outrossim, o Tratado de Lisboa inseriu o procedimento para um Estado-Membro sair da UE, o conhecido Artigo 50 do Tratado de Lisboa, que regeu o processo de saída do Reino Unido (Brexit) (União Europeia, 2024).



A imagem abaixo ilustra tal dado, o qual revela o grande impacto do bloco no sistema internacional. Também retrata a posição do Brasil como país ascendente no comércio mundial e a atual posição da China como maior interveniente no comércio internacional.

**Gráfico 1 - Parte da UE no Comércio Mundial**



Fonte: Eurostat, 2023.

## 2.2 Estrutura da UE: principais instituições e a Política Externa Comum

As principais instituições da UE assumem competências executivas, representadas pelo Conselho Europeu e Comissão Europeia, e competências legislativas, com o Parlamento Europeu e o Conselho da União Europeia. Desse modo, desempenham funções importantes no processo de governança, integração e promoção das políticas comuns entre os membros.

Criada em 1958 como parte do Tratado de Roma a Comissão Europeia tem o intuito de preparar e propor atos legislativos para a União, os quais são encaminhados ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia para avaliação e votação. Ademais, define a orientação e os objetivos do bloco para um período de 5 anos, compondo então a Agenda Estratégica da UE (Comissão Europeia, 2024).

Institucionalizado pelo Tratado de Lisboa em 2009, o Conselho Europeu é responsável pela definição da agenda política da UE. Constituído por dirigentes dos 27 Estados-Membros, e pelos presidentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia, em conjunto determinam as orientações e prioridades políticas do bloco, podem definir prazos para a finalização de negociações e apresentação de propostas legislativas (Conselho Europeu, 2024).

Formalizado pelo Tratado de Roma de 1957, o Conselho da União Europeia é composto por ministros dos governos de cada país da União, que reúnem-se para discutir, alterar e aprovar legislação e orçamento do bloco. A instituição também tem a função de

coordenar políticas, entre elas a PESC e o PEE, celebrar acordos entre a UE e outros países ou organizações internacionais (União Europeia, 2024).

O Parlamento Europeu evoluiu de uma assembleia consultiva da CECA em 1952, para um parlamento diretamente eleito em 1979. O número de deputados<sup>3</sup> por país é proporcional à população de cada país. Essa Instituição europeia possui poderes legislativos, de supervisão e orçamentais, dessa forma ocorrem deliberações sobre propostas da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu (BCE) e de outras instituições. Ademais, aprovam ou anulam acordos internacionais, fiscalizam o trabalho dos demais órgãos da UE e a aplicação da legislação comunitária (Parlamento Europeu, 2024).

Por conseguinte, o funcionamento da União Europeia depende de muitas outras instituições, agências e órgãos. Sobre isso, cabe citar o Banco Central Europeu, importante para o prosseguimento da política monetária e cambial. O Tribunal de Contas Europeu (TCE) contribui com a gestão financeira do bloco ao promover a responsabilização e a transparência. O Tribunal de Justiça assegura a observância do direito da UE e a correta interpretação e aplicação dos Tratados (União Europeia, 2024).

A respeito da Política Externa Comum da UE, as condutas supranacionais dessa Organização Internacional (OI) são internacionalmente reconhecidas por serem coerentes e eficazes. Para isso, a criação do Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) foi essencial, por meio desse órgão ocorre o desempenho da gestão das relações e das parcerias estratégicas com diferentes atores internacionais desde 2011. Segundo Costa (2017, p. 23), o órgão serviu como base para políticas e iniciativas mais sólidas sobre relações bilaterais, bem como melhor coordenação da atividade internacional do bloco.

A SEAE é pautada pela Agenda Estratégica da UE, instituída no período eleitoral europeu. Assim, de 2019 a 2024 a UE buscou promover uma Europa verde, desenvolver a base econômica, proteger os cidadãos e as suas liberdades (União Europeia, 2019). Atualmente, as três prioridades eleitas para os próximos 5 anos são: Uma Europa livre e democrática; forte e segura; próspera e competitiva. Dessa maneira, a Política Externa da UE se articula, busca reforçar a influência a nível global, participando de compromissos e agendas multilaterais responsáveis por moldar e produzir efeitos em acordos de cooperação ao longo dos anos (União Europeia, 2024).

---

<sup>3</sup> A composição do órgão não pode exceder 750 deputados, os quais estão agrupados por filiação política e não por nacionalidade.

### **2.3 O Pacto Ecológico Europeu na política externa comum da UE**

Em 2019, a Comissão Europeia apresentou ao Conselho Europeu o Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal). Configuram medidas para União Europeia lidar com as alterações climáticas, visando uma sociedade resiliente e adaptada aos impactos ambientais inevitáveis. Dessa forma, a UE estabeleceu a meta de alcançar a neutralidade climática até 2050 [Regulamento (UE) 2021/1119], e uma etapa intermediária de reduzir pelo menos 55% das emissões de gases do efeito estufa até 2030, em comparação com os níveis de 1990 [Comunicação COM(2020) 562 final], seguindo então com a execução do Acordo de Paris<sup>4</sup>.

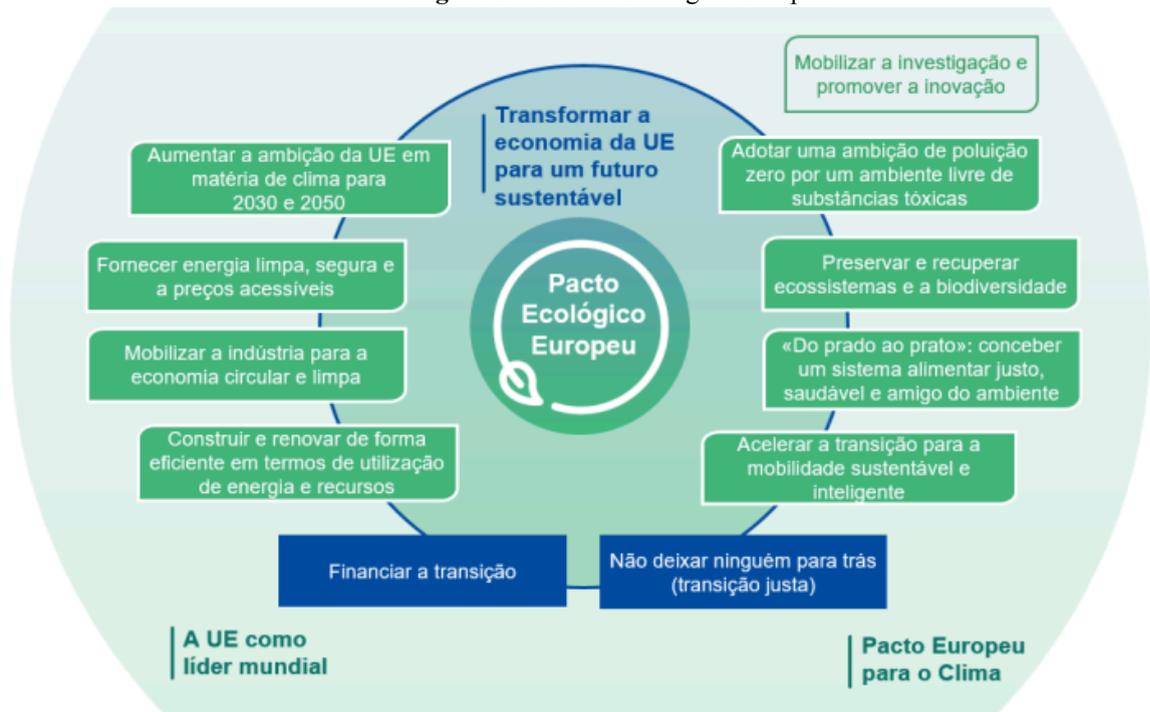
Além disso, o PEE é um pacote de iniciativas estratégicas que visa a transição ecológica do bloco, com o objetivo de alcançar a ambiciosa meta postulada. A partir dele, a UE busca rever as políticas para alcançar um provisão energético limpo transversal a toda economia; indústria, produção, consumo, infraestruturas, transportes, alimentação, agricultura, construção, política fiscal e demais prestações sociais (Comissão Europeia, 2019).

O PEE, atua como parte integrante da estratégia europeia para execução da Agenda 2030, visa a concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Nesse ínterim, a Comissão reitera que recorrerá a todos os instrumentos políticos: regulamentação e normalização, investimento e inovação, reformas nacionais, diálogos com parceiros sociais e cooperação internacional, para conceber com êxito esse conjunto de políticas profundamente transformadoras (Comissão Europeia, 2019).

---

<sup>4</sup> O Acordo de Paris, firmado na COP 21 em 2015, visa limitar o aquecimento global a menos de 2°C e promove metas nacionais de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, que são compromissos definidos por cada país, revisados periodicamente para maior ambição (Nações Unidas, 2015).

**Figura 2 - O Pacto Ecológico Europeu**



Fonte: Comissão Europeia, 2019

Assim, na dimensão internacional a UE demonstra atuar como líder mundial nos domínios da ação climática e ambiental. Desse modo, compreendem que os desafios exigem uma resposta global e por isso a política externa europeia frequentemente está acompanhada de ações que visam garantir um impacto ambiental positivo. O seguinte trecho da Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões sobre Reforçar a ambição climática da Europa para 2030 demonstra essas intenções;

A UE continuará a promover uma cooperação multilateral baseada em regras, recorrendo à sua diplomacia verde, climática e energética, assim como a todo o seu leque de instrumentos de política externa, a fim de reforçar o nível de ambição dos seus parceiros, em especial dos maiores e dos futuros emissores, bem como para acelerar a transição mundial para a neutralidade climática. Devemos utilizar as parcerias estratégicas, o financiamento externo, o comércio e outras plataformas de cooperação da UE, nomeadamente com o estabelecimento de normas ambientais internacionais e a promoção de tecnologias limpas através do comércio (Comissão Europeia, 2020, p. 562).

### **3. O BRASIL NA POLÍTICA INTERNACIONAL DA UE: PARCEIROS ESTRATÉGICOS E PRAGMÁTICOS**

No ano de 2007 houve o lançamento da Parceria Estratégica UE-Brasil, com o intuito de intensificar laços mediante o alargamento do diálogo político para abranger questões de interesse comum e de importância global. De acordo com o documento “Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil”, é mencionado áreas e setores aos níveis mundial, regional e bilateral para estabelecer a cooperação mais estreita entre os atores, a fim de constituir o núcleo da futura parceria estratégica (Comissão Europeia, 2007).

No documento é postulado a definição de uma agenda comum, dentre os pontos abordados estão “Proteger o ambiente” e “Reforçar a cooperação em matéria de energia” (Comissão Europeia, 2007). Nesse sentido, no presente capítulo é analisada a evolução da Parceria Estratégica de acordo com a trajetória da Política Externa Brasileira (PEB), de 2007 a 2024. Pode-se afirmar que a PEB em relação a UE perpassou fases com diferentes níveis de pragmatismo (Saraiva; Silva, 2019). Outrossim, as iniciativas sobre os temas de preservação ambiental e mudanças climáticas são analisadas, pois desde o princípio o vínculo bilateral possui intenções como;

Desenvolver e reforçar o diálogo de política ambiental com o Brasil em relação a temas como as alterações climáticas, a gestão dos recursos hídricos, a biodiversidade e a desflorestação [...] colaborar com o Brasil em instâncias internacionais para fazer avançar as discussões sobre alterações climáticas [...] prever-se uma cooperação mais estreita tendo em vista a aplicação da Convenção sobre diversidade biológica [...] assim como sobre outras preocupações fundamentais mundiais (Comissão Europeia 2007, p. 8).

#### **3.1 A construção da parceria estratégica: antecedentes e governo Lula (2003-2011)**

Atualmente a União Europeia é o segundo maior parceiro comercial do Brasil, e o Estado brasileiro é o maior exportador de bens agrícolas e alimentícios para a UE. O comércio e os investimentos são interdependentes e complementares (Brasil, 2023). Logo, comprova-se a existência de uma relação econômica aprofundada que os agentes construíram.

Tal fato pode ser identificado como resultados da PEB exercida nos primeiros Governos Lula, que além de aprofundar relações Sul-Sul, não perdeu de vista parceiros tradicionais como a Europa (Camara, 2018, p. 228). A confirmação disso é a formulação e assinatura da Parceria Estratégica em 2007. Assim, notou-se o aumento dos fluxos de

investimentos europeus no Brasil junto ao aumento das visitas de altas autoridades nesse período de intensificação das relações intergovernamentais (Brasil, 2007).

No entanto, a cronologia das relações bilaterais ocorre desde 1960, ao longo dos anos acordos foram estabelecidos e são importantes por consolidarem as características desse vínculo. Nesse aspecto, em 1992 houve a assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação entre Brasil e Comunidades Europeias e do Acordo de Cooperação Institucional entre o Conselho Mercado Comum do Mercosul e a Comissão Europeia. Logo, a temática de regionalismo sempre esteve presente nas interações, assim em 1995, o Acordo-Quadro de Cooperação Inter-regional Mercosul-Comunidade Europeia foi concluído (Brasil, 1995).

Considerando que o Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes foi concluído em Madri, em 15 de dezembro de 1995; Considerando que o Congresso Nacional aprovou o Ato multilateral em epígrafe por meio do Decreto Legislativo nº 10, de 4 de fevereiro de 1997; Considerando que o Ato em tela entrou em vigor internacional em 1º de julho de 1999; Considerando que o Governo brasileiro depositou o Instrumento de Ratificação do referido Ato em 29 de dezembro de 1997, passando o mesmo a vigorar para o Brasil em 1º julho de 1999; D E C R E T A : Art. 1º - O Acordo-Quadro Inter-Regional de Cooperação entre a Comunidade Européia e os seus Estados-Membros e o Mercosul e os seus Estados-Partes, concluído em Madri, em 15 de dezembro de 1995, apenso por cópia a este Decreto, deverá ser executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém. (Brasil, D.O. de 06/10/1999, p. 6)

Durante os anos 2000, ocorreram ações significativas para o aprofundamento das relações Brasil-UE. Em 2004 foi assinado o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. Posteriormente em 2007 foi realizada a I Cúpula Brasil-União Europeia, onde houve o lançamento da Parceria Estratégica. No ano seguinte, a II Cúpula Brasil-UE lançou o 1º Plano de Ação Conjunta (2008-2011). Na V Cúpula, em 2011, lançaram o 2º Plano de Ação Conjunta (2012-2014), ambos postulam iniciativas para aprofundar a PE (Brasil, 2011).

Os eixos temáticos trabalhados nos Planos de Ação Conjunta foram: fortalecimento da parceria econômica, social e ambiental para o desenvolvimento sustentável; paz e a segurança abrangente via sistema multilateral eficaz; cooperação regional; ciência, tecnologia, inovação e promover intercâmbio entre os povos (Brasil, 2011). Logo, o relacionamento entre Brasil e UE a partir da PE é compreendido como multidimensional e variado (Luciano, 2016, p. 8).

Segundo Miriam Saraiva (2018, p. 291) a crise financeira da zona do euro e a crise econômica brasileira impactaram os diálogos bilaterais. Tal contexto é derivado da crise de 2008, que foi um evento de ruptura da ordem econômica internacional. No entanto, os diálogos setoriais entre o Brasil e a UE prosperaram, por conta da estruturação estabelecida

mediante o conjunto de canais de interação com o SEAE, os quais desenvolveram diálogos diplomáticos, técnicos e acadêmicos.

Nesse âmbito, em termos quantitativos, de 2008 a 2016 foram realizadas 228 ações, envolvendo 68 parceiros institucionais brasileiros e europeus, em 30 áreas temáticas da Parceria Estratégica. A execução foi subdividida em três fases, com o lançamento de 8 convocatórias de apresentação de Propostas de Ação dirigidas aos Parceiros (Diálogos Setoriais, 2017).

A aproximação com países europeus contribuiu para fortalecer a imagem do Brasil como o “líder natural da América do Sul”, passagem tanto enfatizada pela Comissão Europeia no documento de comunicação sobre a Parceria Estratégica em 2007. Neste cenário, Saraiva (2018, p. 279) compreendeu a busca da UE por parcerias com países emergentes no período pós-crise de 2008, devido ao aumento da importância dos emergentes, que revelou a necessidade de diversificar parcerias para reduzir a dependência das grandes potências tradicionais, objetivando ampliar o comércio e investimentos com economias em desenvolvimento, que continuaram a apresentar crescimento.

Assim, durante os primeiros governos Lula a política externa brasileira pode ser compreendida por meio de eixos combinados Sul-Sul e Norte-Sul, na qual a América do Sul é referenciada como espaço preferencial para o Brasil (Pecequillo; Carmo, 2017, p. 18). Neste viés, o vínculo Brasil-UE apesar de mostrar resultados significativos perpassou dificuldades quanto à articulação das preferências, com o tempo a diplomacia brasileira compreendeu que as concepções dos dois lados não encontravam muitas convergências (Saraiva, 2018, p. 281).

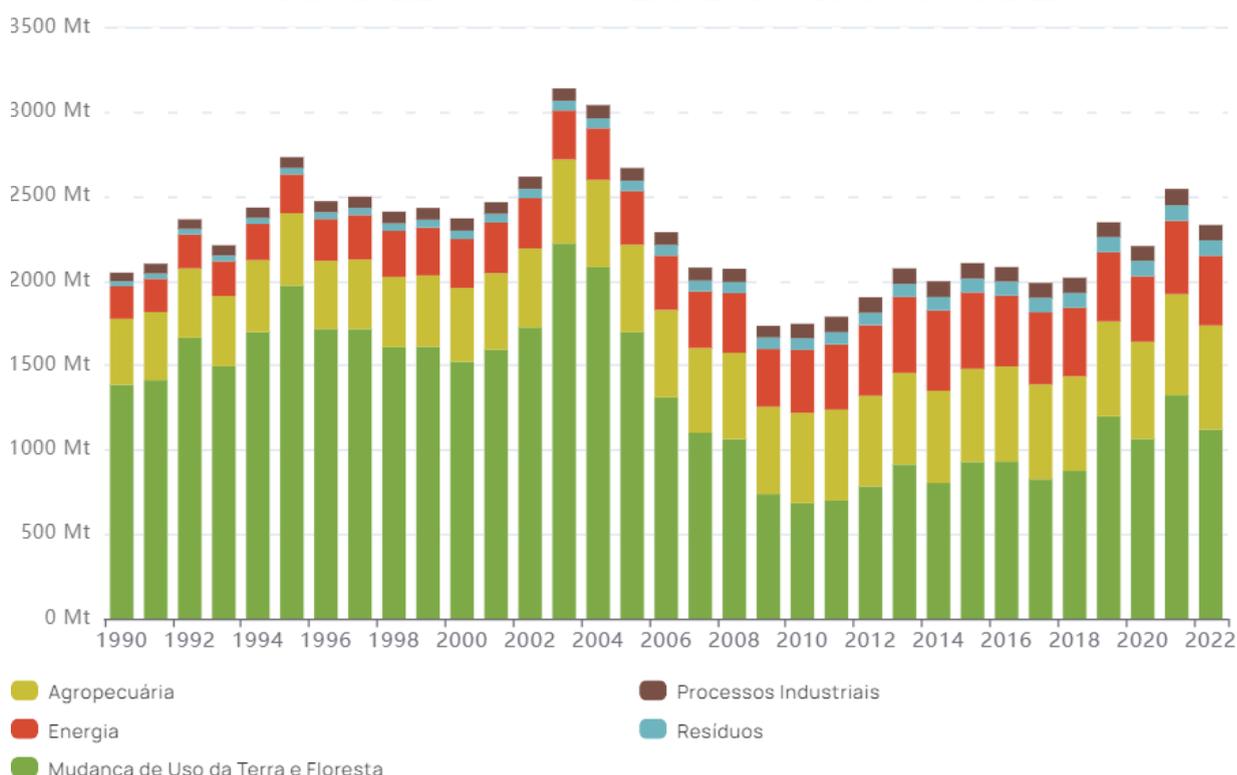
A respeito desses desentendimentos estão os diálogos multilaterais sobre desenvolvimento sustentável e mudança climática. Embora a Parceria Estratégica abriu caminhos para um melhor entendimento e para mais cooperação, o Brasil e a UE assumiram posições diferentes em alguns fóruns internacionais, como por exemplo na reunião de Copenhague (COP-15) em 2009. Foi notável o alinhamento do Brasil com outros países do Sul Global, os quais defendiam que os EUA e a União Europeia arcassem com reduções de carbono mais significativas (Saraiva, 2018, p. 283).

Com efeito, países como Alemanha, França e Reino Unido se aproximaram do Brasil entre os anos de 2006 a 2012 e assinaram acordos de parceria semelhantes aos formalizados com a União Europeia. Isso contribuiu para a valorização das relações diplomáticas brasileiras, melhorou a institucionalidade de iniciativas e ampliou investimentos. A partir

desse momento, as temáticas de desenvolvimento sustentável passaram a ser centrais na agenda com esses importantes membros da União (Luciano 2016, p. 10).

Logo, em conjunto com essas formas de cooperação internacional o Brasil perpassou por uma mudança fundamental em termos de compromisso climático. De acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG) o seguinte gráfico mostra um decréscimo significativo das emissões no período entre 2003 e 2010;

**Gráfico 2** - Emissões de Gases de Efeito Estufa do Brasil de 1990 A 2022.



Fonte: SEEG - Observatório do Clima, 2024.

Para Viola e Franchini (2022, p. 150), o dado mostrou ao nível internacional a capacidade do Brasil de superar a imagem de vilão do clima, com as altas taxas de desmatamento, para tornar-se líder dos países em desenvolvimento no controle de emissões e políticas climáticas. Os autores ressaltam essa ser uma característica única no mundo para uma economia moderna em crescimento, por isso um marco importante para o governo Lula, a respeito do controle do desmatamento como instrumento de *soft power*.

### 3.2 A Parceria Estratégica durante o governo Dilma: mudanças de prioridades

Durante os mandatos do governo de Dilma Rousseff (2011-2016) o vínculo entre Brasil e UE adquiriu outras características. A posição do Brasil na política externa da UE foi revisada, pois a Parceria Estratégica não rendeu frutos significativos a partir de 2011 (Saraiva,

2018 p. 288). Nesse período houve o ajuste de estratégias do Brasil em relação à UE, em vista dos diálogos preferenciais com países emergentes, acordos com os BRICS avançaram sobremaneira (Luciano, 2016, p. 9), a China consolidou sua posição como parceiro econômico importante e chegou a ocupar posição de maior investidor no país.

Outro fator causador dessa modificação no status de prioridade do Brasil com a UE, segundo Saraiva (2018, p. 288), foi a crise político-institucional que consumiu as energias do governo brasileiro na época, enquanto a UE também lidava com um cenário delicado, em face a pressão sobre os fluxos migratórios e com o Brexit<sup>5</sup>. Dessa forma, as iniciativas da PE presenciaram uma mudança de foco, devido ao enfraquecimento do esforço para os atores possuírem maior alinhamento na política internacional.

Em 2014, houve o interrompimento das reuniões de cúpula, assim, o terceiro plano de ação conjunto para o período 2015-2017 não foi lançado, consolidando o primeiro sinal concreto de enfraquecimento da Parceria Estratégica Brasil-UE (Marconi; Miranda, 2021 p. 88). Entretanto, passaram a ocorrer Cúpulas entre os países da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da União Europeia. Esse eixo de diálogo passou a ser priorizado, Brasil e UE concordam em trabalhar juntos no contexto da PE para o fortalecimento das relações políticas, econômicas e culturais birregionais (Brasil, 2014).

Com os esforços para o inter-regionalismo, o diálogo comercial e tarifário atrelado às negociações Mercosul-União Europeia continuou e foi notado um ajuste no comportamento europeu em vista da adoção de diálogos preferenciais com o Brasil e com outros atores emergentes (Lazarou e Edler, 2012, sp). A nova estratégia adotada pelo Brasil em relação ao bloco foi manter a liderança brasileira em construir pontes que aprofundassem relações econômicas, de amizade e cooperação entre América Latina e UE. Logo, em janeiro de 2013, realizou-se a primeira cúpula CELAC-UE sob o lema “Aliança para um desenvolvimento sustentável: promovendo investimentos de qualidade social e ambiental” (Brasil, 2022).

Dessa maneira, o engajamento brasileiro nos fóruns multilaterais sobre temas relacionados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável continuou no governo Dilma, isso ajudou a consolidar características fundamentais a PEB.

A PEB, em sua concepção ampla, ou seja, incluindo não apenas o serviço diplomático brasileiro mas também demais atores relevantes – estatais e não estatais –, pode e deve atuar para a materialização da transição justa, soberana e equitativa. Isso passa não apenas por defender, no âmbito multilateral, normas e medidas alinhadas à sustentabilidade, mas também fazer com que esta, em sua vertente

---

<sup>5</sup> Acordo de Saída celebrado entre a União Europeia e o Reino Unido, o qual estabelece os termos da saída ordenada do Reino Unido da UE, em conformidade com o artigo 50º do Tratado da União Europeia (Comissão Europeia, 2020).

social, econômica e ambiental, esteja no centro de toda e qualquer estratégia de inserção internacional brasileira [...] em discussões relativas a temas de clima e meio ambiente, como também em negociações comerciais, de direitos humanos, paz e segurança, igualdade de gênero (Closs, 2024, p. 74 - 75).

Em relação à cooperação internacional para o combate às mudanças climáticas, a União Europeia e o Brasil encontraram valores comuns e prosseguiram com o alinhamento para promover políticas em três pilares: econômico, social e ambiental (União Europeia, 2023). Nesse ínterim, a Conferência do Clima de 2015 (COP 21) é um bom exemplo para mostrar esse formato de cooperação, pois Brasil e UE lançaram uma proposta conjunta para regularizar o mercado de carbono, documento que contribuiu para formulação do Acordo de Paris<sup>6</sup> (Comissão Europeia, 2015).

No Brasil o acordo foi ratificado em 2016, e houve a apresentação do plano de ação nacional abrangente para reduzir as suas emissões de GEE. O governo brasileiro comprometeu-se em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC - *Nationally Determined Contributions*) a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37% em 2025, com uma contribuição indicativa subsequente de redução de 43% em 2030, em relação aos níveis de emissões estimados para 2005 (Brasil, 2017).

Nesse âmbito, na arena internacional a política climática do Brasil tornou-se menos ostensiva e mais conservadora (Pereira; Viola, 2021, p. 13). Segundo os autores, o Governo Dilma subordinou a agenda climática à agenda do crescimento econômico, devolvendo ao Brasil posições mais conservadoras em favor de uma abordagem mais pragmática.

Em suma, os primeiros dez anos da Parceria Estratégica Brasil-UE renderam resultados significativos (Brasil, 2017). Logo, durante o período exposto a Parceria Estratégica se mostrou como mecanismo garantidor do diálogo regular, formalizado e de alto nível, acerca não somente da agenda bilateral, mas também em relação aos temas da agenda multilateral, que influenciam a governança global.

### **3.3 Períodos de redirecionamentos e descontinuidades: o governo Temer (2016-2018) e o governo Bolsonaro (2019-2022)**

Com a reentrada dos mandatos presidenciais de direita, a Política Externa Brasileira direcionada à Europa foi diferenciada. Em relação a Parceria Estratégica BR-UE o governo de Michel Temer (2016-2018) mostrou posturas de continuidades, devido ao prosseguimento das fases de implementação das iniciativas da PE e das negociação do Acordo Mercosul-União

---

<sup>6</sup> Acordo adotado em 2015 e que estabelece compromissos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas para países, que devem ser submetidos a metas nacionais reconhecidas como NDCs (Brasil, 2017).

Europeia. Porém, o período de descontinuidade intenso dos esforços caracterizou a Parceria durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), com falas e posturas desagradáveis que repercutiram na geração de uma escalada de tensões com as lideranças europeias, principalmente em temáticas ambientais e em relação à pandemia de Covid-19 em 2020 (Hirst; Maciel, 2022, p. 8).

Nesse contexto, a proposta de criar “uma Nova Política Externa” foi mencionada por Temer assim que assumiu o governo. Argumentou sobre “desideologizar” a PEB e centralizar a pauta econômica (Serra, 2016 sp). Esses são pontos de convergência entre as administrações de Temer e de Bolsonaro, os quais modificaram posicionamentos, acordos e a depender do setor assumiram posturas de continuidades e descontinuidades (Moreira, 2020, p. 12).

Ademais, a tendência conservadora da política climática se manteve. Diante disso, a questão climática se encontrava na periferia das preocupações governamentais, pois os esforços focalizaram a superação da crise econômica e desenvolvimento da investigação anticorrupção Lava Jato (Viola; Franchini, 2022, p. 154).

Contudo, é importante lembrar que a Iniciativa de Apoio aos Diálogos Setoriais foi continuada. Durante a 17ª reunião do Comitê Conjunto União Europeia-Brasil (2017) foi reiterado que as iniciativas foram instrumentos bem sucedidos da Parceria Estratégica, pois promoveram e apoiaram o trabalho conjunto, o intercâmbio de conhecimentos e experiências para buscar soluções para enfrentar os grandes desafios do futuro. Dessa forma, o Comitê expôs o objetivo de tornar a Parceria Estratégica mais eficaz e orientada para os resultados, com ambos buscando fortalecer o diálogo político, a cooperação e as relações econômicas.

Concordaram que a promoção da liberalização do comércio e a facilitação dos fluxos de comércio e investimento promovam o crescimento econômico e a prosperidade, inclusive por meio de um sistema da Organização Mundial do comércio (OMC) que seja robusto e efetivo [...] que a Ciência, Tecnologia e Inovação são fundamentais para o desenvolvimento inteligente e sustentável (Comitê Conjunto União Europeia-Brasil, 2017).

Essas motivações estão de acordo com o panorama teórico que orienta o institucionalismo liberal. Desse modo, para Keohane e Nye Jr (1997, p. 27) as relações econômicas internacionais são uma base para a interdependência complexa, onde o poder é distribuído através de redes de trocas econômicas. Isso pode ser atestado na prática ao analisar as progressivas trocas comerciais entre Brasil e União Europeia.

De acordo a análise dos investimentos feitos pela ApexBasil (2017) sobre os anos de 2006 a 2015 o Brasil e a União Europeia não têm apenas um longo relacionamento comercial,

mas também uma forte interdependência econômica. Com investimentos robustos em mais de 30 setores, desde mineração ao agronegócio, passando pela produção de bens e serviços com alto valor agregado. A Agência ressaltou que durante esse período o Brasil foi o terceiro principal destino dos fluxos mundiais de IED da UE.

Dessa maneira, o vínculo entre Brasil e Europa continuava ocorrendo, apesar de haver instabilidades, pois a partir de 2015, observou-se um esfriamento das relações bilaterais e um hiato nas reuniões de cúpulas devido a questões internas de cada uma das partes (Szucko, 2023, p. 148). Nesse contexto, a instabilidade política e os movimentos eleitorais brasileiros de 2018, marcados pela polarização e nacionalismo foram fatores que dificultaram as interações. A Europa também lidava com cenários complicados, com a crise de refugiados e expansão dos movimentos eurocéticos (Lessa e Szucko, 2024, p. 131).

Assim, a Parceria Estratégica BR-UE nos anos de 2016 a 2023 perpassou fases conturbadas. Segundo Saraiva e Albuquerque (2022, p. 160), a condução da política externa não deixou de ser marcada por ruídos e contradições que afetam a imagem internacional do país. Com isso, no governo de Jair Bolsonaro a imagem brasileira foi prejudicada devido as recorrentes atuações que provocaram atritos não somente internacionais, mas também com setores domésticos (Saraiva; Silva, 2019, p. 177).

Desse modo, a percepção europeia sobre o Brasil nesse período perpassou por uma escalada de tensões. Na arena internacional houve a consolidação de significativo afastamento de agendas comuns com a UE nos foros multilaterais (Marconi; Miranda, 2021, p. 86). As posturas e posicionamentos divergentes desse governo de extrema direita recorrentemente desagradavam a opinião pública internacional, especialmente dos parceiros europeus.

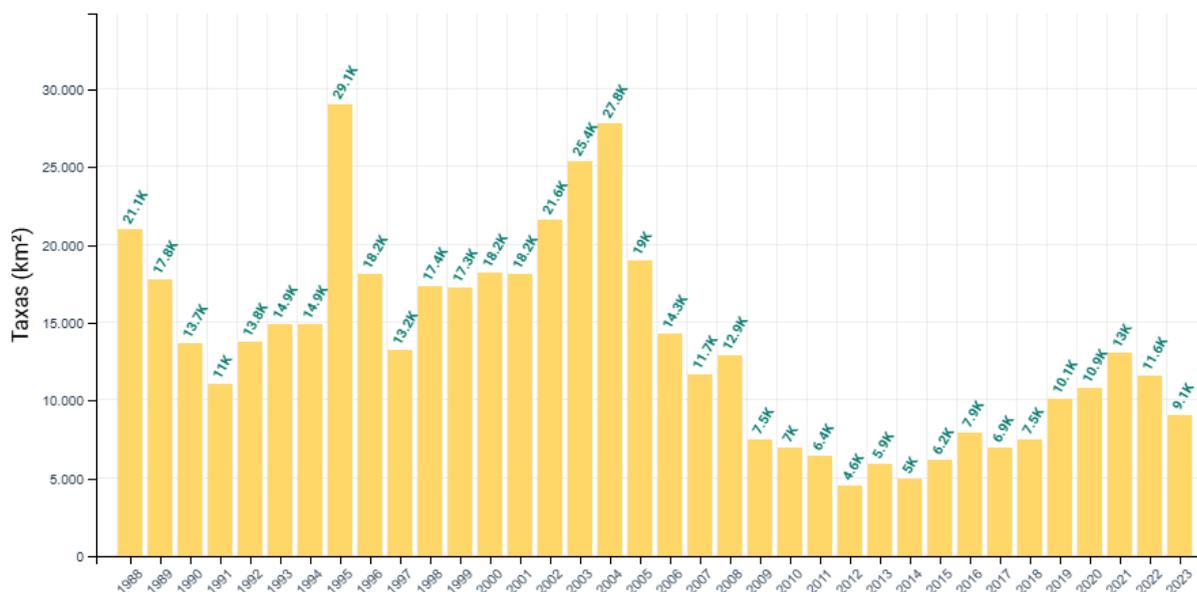
Bolsonaro foi um dos poucos exemplos no mundo a fazer abertamente posicionamentos negacionistas sobre a mudança climática e da eficiência da ciência de modo mais geral, junto com Donald Trump (Viola; Franchini, 2022 p. 155). Assim, a política climática do Brasil sofreu um enorme retrocesso, manifestado em ações como a eliminação da Secretaria de Mudanças Climáticas dentro do Ministério do Meio Ambiente (MMA), houve também a eliminação do orçamento para as mudanças climáticas em toda a administração federal em 2019 (Observatório do Clima, 2019).

Dessa maneira, a agenda bilateral entre o Brasil e a UE foi redirecionada, especialmente devido a falta de compromisso climático e aceleração do desmatamento. Em 2021, o sistema Prodes, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registrou a maior taxa de desmate da Amazônia em 15 anos, 13.038 km<sup>2</sup> contra 10.851 km<sup>2</sup> em 2020, como

mostra o gráfico abaixo. No Cerrado também houve alta, 8.531 km<sup>2</sup> contra 7.905 km<sup>2</sup> em 2020 (INPE, 2022).

**Gráfico 3 - Taxas de desmatamento na Amazônia Legal**

**Taxas de desmatamento - Amazônia Legal - Estados**



Fonte: Sistema Prodes INPE, 2024.

Isso gerou a degradação da imagem internacional do Brasil e levantou controvérsias com os principais financiadores do Fundo Amazônia, os países europeus (Viola; Franchini, 2022, p. 156).

Como consequência, se deu o rompimento de contratos do Fundo Amazônia e indisposições públicas com diversos países, destacando-se a França e a Irlanda, que declararam se opor ao acordo de livre comércio entre a União Europeia e o Mercosul, devido à baixa confiança na capacidade do Brasil cumprir a cláusula ambiental (Unterstell, 2019). Ademais, chama-se atenção para as tentativas de fragilização da legislação ambiental, por iniciativa do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que esteve à frente da pasta (Hirst; Maciel, 2022, p. 8).

Assim, sanções e cortes nos fundos para a preservação ambiental ocorreram e foram desdenhados pelo ex-presidente, ao afirmar que o Brasil não precisaria das verbas (El País, 2019). Para contornar essa situação alguns governadores dos estados amazônicos, agrupados no Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, elevaram o nível de comprometimento climático para acessar diretamente os recursos (Franchini; Viola; Mauad, 2020, sp).

Quanto aos potenciais benefícios ao setor agrário, Saraiva e Silva (2019, p. 128) apontam o predomínio do pragmatismo no tratar da questão. Segundo dados do Eurostat, as exportações brasileiras para a UE concentraram-se em produtos agrícolas; soja, café, carne

bovina, suco de laranja e etanol (Eurostat, 2022). Isso demonstra a demanda europeia por *commodities* agrícolas e biocombustíveis.

Assim, em 2021 o Brasil registrou aproximadamente 13% de todos os produtos agroalimentares importados pelo bloco europeu. No entanto, a UE exportou para o Brasil principalmente produtos de alto valor agregado, incluindo máquinas e equipamentos, produtos farmacêuticos e automóveis (Eurostat, 2021). De acordo com a perspectiva da Interdependência Complexa, esses dados atestam assimetrias nas dinâmicas de poder sobre essa relação, logo, não se pode concluir previamente que a relação será mutuamente benéfica (Keohane; Nye, 2012, p. 8).

Outrossim, a gestão da pandemia de COVID-19, a abordagem em relação aos direitos humanos, direitos das populações indígenas e minorias, pelo governo Bolsonaro, consolidaram a percepção negativa da Europa. Como exemplificação é possível mencionar a conduta de Bolsonaro na Cúpula da Terra em 2021, o ex-presidente tentou reverter a situação de sua imagem e anunciou que o Brasil buscaria a neutralidade de carbono até 2050, além disso prometeu de acabar com o desmatamento ilegal até 2030 (BBC, 2021). Em declaração a UE enfatizou que acreditaria quando houvesse medidas concretas de governo (União Europeia, 2021), isso comprova a descredibilidade internacional que caracterizou o governo.

Nesse contexto, houve o esforço da Política Externa Europeia em buscar meios alternativos para atingir objetivos em relação ao Brasil sem haver diminuição da cooperação em si. A União buscou o fortalecimento das relações com organizações da sociedade civil brasileira e prosseguiu projetos e incentivos à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação por meio da cooperação científica internacional, com programas como o Horizon 2020, Erasmus+ e financiamentos de agências de fomento nacionais (Marconi; Miranda, 2021, p. 89).

Com a eleição de Lula da Silva, o Gabinete de Transição Governamental produziu um relatório o qual externalizou novos esforços das Relações Exteriores Brasileiras para romper com o isolamento internacional resultante do difícil legado do governo anterior (Almeida, 2023). Assim, no início do governo Lula III (2023-atual), a Parceria Estratégica Brasil-UE foi relançada durante a VIII Reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Europeia.

As partes reafirmaram o compromisso com a redinamização e expansão da Parceria, a fim de aprofundar a sólida cooperação entre o Brasil e a UE (Brasil, 2023). O corpo diplomático do vínculo e demais autoridades compartilharam percepções sobre diversos temas contemporâneos nas esferas bilateral, regional e multilateral.

### 3.4 Atuais objetivos, desafios e oportunidades da Parceria Estratégica Brasil-UE

As relações Brasil-Europa com Lula III buscam romper o isolamento internacional resultante do governo anterior (Almeida, 2023, p. 65), logo houve esperança para retomada da Parceria Estratégica e das negociações do Acordo Mercosul-UE.

Atualmente a agenda para o desenvolvimento do presidente Lula da Silva focaliza o combate às desigualdades, a erradicação da fome e da pobreza, e a promoção da inclusão social (Brasil, 2023). Com a União Europeia o diálogo e a cooperação também ambicionam esses objetivos, a nível bilateral e multilateral, com o intuito de buscar soluções para os desafios globais e defendendo valores comuns (União Europeia, 2024).

Sobre desafios globais, o ano de 2024 passa por um cenário geopolítico complexo, com o acirramento da guerra na Ucrânia, do conflito Israel e Palestina e eleições em diversos países com a potencial ascensão de blocos políticos de extrema direita, que tendem a reduzir a tração dos debates climáticos e enfraquecer a construção de consensos em relação ao clima (Netto *et al*, 2024, p. 39). Diante disso, a UE busca apoiar o Brasil na direção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo (União Europeia, 2024).

A partir dessa exposição, em junho de 2023, o encontro de Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, com o presidente Lula foi um importante marco da reaproximação. No discurso Ursula explicou sobre o plano de investimento internacional da UE; a Estratégia *Global Gateway* pretende investir 10 bilhões de euros na América Latina. Ademais, saudou a liderança brasileira em questões climáticas em matéria de biodiversidade, reforçou que o combate à desflorestação é aliado fundamental contra o aquecimento global e externalizou que a UE pretende contribuir com 20 milhões de euros para o Fundo Amazônia<sup>7</sup>, além da contribuição dos Estados-membros (União Europeia, 2023).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a União Europeia (EU) assinaram carta de intenções para o fortalecimento de parcerias [...] um passo no processo de formalização da doação da UE ao Fundo Amazônia, no valor de 20 milhões de euros (aproximadamente R\$120 milhões). A carta foi assinada [...] durante o IV Fórum Brasil - União Europeia - "O Brasil e a União Europeia: Políticas e Economias nas Transições Verde e Digital para um Desenvolvimento Justo e Inclusivo (BNDES, 2024).

Outrossim, Ursula mencionou a intensificação da cooperação no âmbito da transição climática e digital. Ao reconhecer a alta capacidade brasileira em gerar energia limpa,

---

<sup>7</sup> Criado em 2008, o Fundo apoiou 103 projetos, as ações beneficiaram aproximadamente 241 mil pessoas com atividades produtivas sustentáveis, além de 101 terras indígenas na Amazônia e 196 unidades de conservação (BNDES, 2023).

anunciou o investimento de 2 bilhões de euros à produção brasileira de hidrogênio verde e a promoção da eficiência energética na indústria (União Europeia, 2023). Para o Brasil esse investimento possibilita o país alcançar o potencial para produzir 1,8 gigatoneladas de hidrogênio de baixa emissão de carbono por ano (Brasil, 2024). Logo, confere energia limpa, segura e competitiva como fator de crescimento econômico e adensamento industrial e tecnológico, que insere o Brasil como o grande celeiro mundial da transição energética (Ministério das Minas e Energia, 2024).

Mencionou o desempenho do projeto BELLA, uma interligação digital entre continentes via rede de cabos transatlânticos de fibra óptica EllaLink, que movimentará 40 milhões de euros. A iniciativa visa o fortalecimento e expansão do ecossistema digital e tecnologia para desenvolver educação, ciência e demais inovações (União Europeia, 2023).

A partir das exposições europeias sobre oportunidades da cooperação, é importante refletir os desafios desse vínculo. Nesse ínterim, a pauta do desenvolvimento sustentável que é central nas iniciativas da PE, é permeada de entraves por conta das assimetrias de poder.

Nesse âmbito, Angélica Szucko (2024, p. 154) analisa a reaproximação entre Brasil e UE de modo crítico, pontua a necessidade de considerar a ampla e ambiciosa política ambiental do bloco, o PEE que é detentor de regulações pragmáticas e protecionistas que influenciam diretamente o vínculo com parceiros. A autora expõe a necessidade do Brasil se mostrar atento a essas tendências normativas que a União postula de maneira unilateral, sem considerar o impacto em regiões de menor desenvolvimento.

Para contornar esse impasse faz-se necessário que o Brasil não abandone a construção de mecanismos autóctones, que valorizem os conhecimentos e capacidades locais, estes são instrumentos que auxiliam no desenvolvimento da cooperação, transcendem a retórica para consolidar ações concretas (Szucko, 2024, p. 155). Dessa maneira, haverá meios de diálogos que orientem as iniciativas de cooperação a refletirem sobre responsabilidades comuns porém diferenciadas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Esses mecanismos são importantes nas mesas e fóruns de negociação porque enfatizam a importância de um financiamento equitativo e que auxilie na implementação das metas das NDCs (Frente Parlamentar Mista Ambientalista, 2024). Nesse sentido, é válido reiterar que a liderança da UE na governança ambiental global foi proveniente de múltiplos fatores, entre os quais as reformas legais, políticas e o compromisso do bloco com uma política econômica externa comum, capacitou a UE para uma coerência na agenda ambiental (Mont'alverne; Lima, 2023, p. 8).

Portanto, a Parceria Estratégica entre Brasil e UE atualmente busca consolidar esses papéis de liderança na política internacional. Contudo as coalizões devem ser tratadas, especialmente devido a UE apresentar-se como uma potência normativa – *normative power* – capaz de difundir valores e influenciar o comportamento dos demais atores internacionais por meio de suas próprias regulamentações, demonstrando como a governança climática se torna um campo de disputa entre diferentes modelos de desenvolvimento (Szucko, 2023, p. 150).

#### **4. PROJETOS DE COOPERAÇÃO BRASIL - UE: AS POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL**

Neste segmento, são apresentadas as iniciativas, projetos e políticas de cooperação entre Brasil e UE, firmadas no âmbito da Parceria Estratégica. Busca-se ressaltar ações que objetivem a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Ambos os atores partilham valores comuns, dentre eles a preservação da biodiversidade (Brasil; União Europeia, 2015). Assim, participam de regimes internacionais, os quais determinam compromissos que contribuem para a governança climática global.

Dessa forma, os Estados buscam mecanismos para contornar a “Tripla Crise Planetária”. De acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (*United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*), o termo refere-se aos três principais problemas interligados que a humanidade enfrenta atualmente: mudança climática, poluição e perda de biodiversidade (UNFCCC, 2022). A problemática detém alto nível de complexidade, visto que transpassam fronteiras internacionais, representam risco existencial e pautam a necessidade impreterível de atuação conjunta no sistema internacional (UNFCCC, 2022).

##### **4.1 Compromissos internacionais do Brasil e da União Europeia: o multilateralismo e as relações bilaterais**

O Brasil e a UE são adeptos as estratégias multilaterais, por isso participam de diversos regimes internacionais. Assim, em tratativas sobre meio ambiente, o esforço multilateral se torna imprescindível para desenvolver debates e negociações complexas sobre questões como financiamento climático e medidas efetivas para conter o aquecimento global.

Ambos os atores possuem presença influente desde os primeiros compromissos internacionais que postularam responsabilidades em relação aos recursos ecológicos, padrões de consumo e riscos causados aos sistemas naturais que sustentam a vida na Terra. A Conferência de Estocolmo foi um importante marco da causa ambiental, sobretudo com a elaboração do relatório “Nosso Futuro Comum” e por levar à formação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (Nações Unidas, 2024).

A Conferência ocorreu em 1972 e discutiu os primeiros conceitos de desenvolvimento sustentável. Em relatório, a delegação brasileira defendeu posicionamentos mais reativos, de acordo com as perspectivas do desenvolvimento brasileiro da época (Viola; Leis, 1991, sp).

Nesse ínterim, o país compreendeu o novo estímulo do meio ambiente como um subproduto da crescente interdependência no plano internacional (Brasil, 1972, p. 13), fator que limitava a soberania em prosseguir com os interesses nacionais e dos países emergentes (Viola; Franchini, 2012, p. 12).

Na década de 80, o Brasil foi intensamente criticado no plano internacional pelo desmatamento na Amazônia (Viola; Franchini, 2022, p. 148). Para contornar essa situação e consolidar uma imagem mais participativa e cooperativa nas agendas ambientais, a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorreu no Rio de Janeiro. A Rio-92 determinou alguns instrumentos normativos relevantes, apesar de não possuir grandes impactos práticos deixou um legado importante, aumentou a conscientização ambiental no país (Vieira, 2023, p. 106).

A posição dos países em desenvolvimento tornou-se mais bem estruturada e o ambiente político internacional favoreceu a aceitação pelos países desenvolvidos de princípios como o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. A mudança de percepção com relação à complexidade do tema deu-se de forma muito clara nas negociações diplomáticas, apesar de seu impacto ter sido menor do ponto de vista da opinião pública (Brasil, 2024).

No momento da Eco-92 a UE estava prestes a assinar o Tratado de Maastricht (1992), desse modo a estruturação política do bloco incluiu as seguintes ponderações sobre o ambiente no *Artigo 130º-R*:

A promoção, no plano internacional, de medidas destinadas a enfrentar os problemas regionais ou mundiais do ambiente[...] Basear-se-á nos princípios da precaução e da ação preventiva, da correção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente, e do poluidor-pagador. As exigências em matéria de protecção do ambiente devem ser integradas na definição e aplicação das demais políticas comunitárias (Tratado da União Europeia, 1992, p. 28-29).

O Protocolo de Kyoto foi outro importante acordo, consolidou o primeiro tratado internacional para o controle das emissões de Gases de Efeito Estufa. Realizado na 3ª Conferência das Partes, no Japão, em 1997, foi assinado por 84 países (Brasil, 2024). A partir dele a União Europeia estabeleceu a primeira meta de redução de emissões de GEE, posteriormente a revisou algumas vezes até chegar, em 2020, na ambição de reduzir 55% das emissões até 2030 e atingir a neutralidade climática em 2050 (União Europeia, 2020).

Ademais, com o Protocolo de Kyoto cresceu a possibilidade do carbono tornar-se moeda de troca. Os créditos de carbono geralmente são obtidos em negociações internacionais, adquiridos por países com emissão reduzida de CO<sub>2</sub>, que fecham negócios

com países poluidores. Os Estados que mais negociam créditos são os países europeus e o Japão (Brasil, 2024).

Faz-se necessário ressaltar a importância de estudos que analisam o Mercado Crédito de Carbono. Nesse aspecto, os esforços para regulação, implementação e cumprimento das políticas de *compliance*<sup>8</sup> relacionadas a compra e a venda dos créditos devem permanecer em debate para prevenir ações de *greenwashing*<sup>9</sup>.

Em sequência, no Acordo de Paris em 2015, os Estados signatários renovaram os compromissos de Kyoto e o aprofundaram. A fim de acelerar os esforços para limitar o aquecimento global, as principais motivações que formalizaram o plano de ação proposto no Acordo, segundo a visão do Conselho Europeu são;

**Tabela 1** - Plano de Ação do Acordo de Paris

<b>Objetivo a longo prazo</b>	O aumento da temperatura média mundial não deve exceder 1,5° C até ao final do século.
<b>Contributos</b>	Os países comprometem-se com a ação climática, apresentando planos de ação para o clima, a fim de reduzirem as suas emissões.
<b>Ambição</b>	Os governos apresentam os seus planos de ação de cinco em cinco anos, estabelecendo em cada plano metas mais ambiciosas.
<b>Transparência</b>	Os países apresentam relatórios aos outros países e ao público sobre o desempenho no alcance das suas metas, a fim de assegurar a transparência e a supervisão.
<b>Solidariedade</b>	É necessário um financiamento da ação climática para ajudar os países vulneráveis a reduzirem as emissões e a criarem resiliência face às alterações climáticas.

Fonte: Adaptado de Conselho Europeu, 2024.

Desse modo, o Acordo de Paris estabeleceu as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), ações que consolidam os compromissos que cada país tem em termos de mitigação climática. A partir disso é possível melhorar a elaboração dos compromissos atribuídos, considerando as circunstâncias nacionais de cada país. Assim, a NDC brasileira comprometeu-se primeiramente a reduzir as emissões em 37% em relação aos níveis de 2005,

<sup>8</sup> Significa estar em conformidade com a legislação, regulamentações, normas e procedimentos, internos e externos e de acordo com os princípios corporativos que garantem as melhores práticas de mercado e de Governança Corporativa (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, 2017).

<sup>9</sup> Prática enganosa adotada por organizações, empresas ou governos que procuram apresentar-se como ambientalmente responsáveis ou comprometidos com a sustentabilidade sem, de fato, adotar práticas significativas de proteção ambiental (Revista Relações Exteriores, 2024).

até 2025. A contribuição indicativa subsequente e mais atualizada almeja reduzir as emissões em 48% até 2025 e em 53% até 2030, em relação aos níveis de 2005 (Brasil, 2023).

No entanto, o relatório do UNFCCC sobre mudanças climáticas apresentado pela Organizações da Nações Unidas (ONU) na COP 28 – ocorrida nos Emirados Árabes em dezembro de 2023 – concluiu que os planos nacionais de ação climática continuam insuficientes para limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C (UNFCCC, 2023). Logo, esse fato demonstra problemáticas significativas nas estratégias de mitigação que estão sendo adotadas pelos países.

#### **4.2 As principais iniciativas pós Acordo de Paris: PEE e Políticas Brasileiras.**

As resoluções após o Acordo de Paris, em âmbito multilateral, foram consolidadas pela ONU por meio da formação da Agenda 2030 em setembro de 2015. Assim, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável globais foram postulados com 169 metas associadas. Conjuntamente visam fazer mudanças fundamentais na maneira como as sociedades produzem e consomem bens e serviços (Nações Unidas, 2015).

Para efetuar o alcance das metas os países devem buscar, de forma equilibrada, inter-alianças para mitigação, adaptação, finanças, desenvolvimento, transferência de tecnologia, capacitação, transparência de ação e apoio (Nações Unidas, 2015). Dessa forma, os múltiplos vínculos entre Brasil e UE estão, em sua totalidade, orientados para o alcance dos ODS. Ademais, as políticas internas do Brasil e as políticas comuns da UE devem ser coerentes e orientadas a esses compromissos.

Com isso, pode-se atestar a existência de uma governança multinível, já que as iniciativas bilaterais seguem as estratégias multilaterais para se desenvolver. Além disso, diálogos com diversos atores e níveis político-institucionais contribuem para estabelecer bons padrões de governança. Essas conexões permitem a criação de arranjos politicamente sustentáveis e consistentes com os interesses de ambos. Assim, o resultado final em relação aos esforços para as mudanças climáticas deriva de um conjunto de grupos interligados de múltiplas maneiras (Keohane; Victor, 2011, p. 13-15, tradução nossa).

Sob tal ótica, para o estabelecimento dos projetos de cooperação entre Brasil e UE que visam a contenção das mudanças climáticas, é importante que a nível doméstico ambos os atores sigam políticas robustas e eficientes. No contexto europeu, os países do bloco seguem

o Pacto Ecológico Europeu. Conforme exposto anteriormente, o PEE é um pacote de iniciativas estratégicas que visa efetuar a transição ecológica da UE, de modo transectorial e que abrange o clima, o ambiente, a energia, os transportes, a indústria, a agricultura e o financiamento sustentável (Conselho Europeu, 2024).

Por meio dessas políticas abrangentes, a UE se consolidou como o maior contribuinte mundial em termos de financiamento da ação climática (União Europeia, 2024). Para isso, o bloco mobiliza investimentos públicos e privados, formula legislações que visam canalizar capitais para investimentos mais sustentáveis no mercado.

Em 2023, a União Europeia e os seus 27 Estados-Membros contribuíram para o financiamento da ação climática com uma verba de 28,6 mil milhões de euros proveniente de fontes públicas, e mobilizaram um montante adicional de 7,2 mil milhões de euros em financiamento privado para apoiar os países em desenvolvimento na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na adaptação aos impactos das alterações climáticas (Conselho Europeu, 2024).

Além disso, adotaram recentemente o regulamento das Obrigações Verdes Europeias (*European Green Bond - EuGB*), que consolidam os principais instrumentos regulatórios para o financiamento de projetos que realmente promovam a sustentabilidade ambiental (Conselho Europeu, 2023). Para o Parlamento e para o Conselho Europeu [Regulamento (UE) PE-CONS 27/23], esses títulos favorecem a Taxonomia da UE em relação aos investimentos verdes e auxiliam a combater práticas de *greenwashing* ou branqueamento ecológico.

A fim de aumentar ainda mais as oportunidades de investimentos e facilitar a identificação dos investimentos sustentáveis do ponto de vista ambiental através de uma rotulagem clara [...] Normas e práticas de mercado divergentes dificultam a comparação entre as diferentes obrigações, criam condições de mercado desiguais para os emitentes, originam obstáculos adicionais no mercado interno e aumentam os riscos de branqueamento ecológico e distorção das decisões de investimento (Parlamento Europeu; Conselho Europeu, 2023, p. 2-4).

No contexto brasileiro, de acordo com a Constituição Federal, os Estados e o Distrito Federal priorizarão projetos que prevejam ações de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono (Brasil, 1988, Art. 43 § 4º). Nesse âmbito, a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), instituída em 2009 pela Lei nº 12.187, complementa a resolução e busca garantir que o desenvolvimento econômico e social contribuam para a proteção do sistema climático global (Brasil, 2009). Dessa forma, o Estado brasileiro estrutura as condições internas para lidar com os impactos das mudanças climáticas globais.

Decreto do Poder Executivo estabelecerá, em consonância com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, os Planos setoriais de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas visando à consolidação de uma economia de baixo consumo de

carbono [...] com vistas em atender metas gradativas de redução de emissões antrópicas quantificáveis e verificáveis, considerando as especificidades de cada setor, inclusive por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e das Ações de Mitigação Nacionalmente Apropriadas - NAMAs (BRASIL, 2009).

A partir desse recorte, os esforços políticos brasileiros sobre mudanças climáticas fazem jus ao histórico participativo do Brasil nos compromissos internacionais sobre a pauta ambiental. As resoluções após o Acordo de Paris adicionaram mais ênfase na urgência para adoção de estilos de vida sustentáveis e padrões sustentáveis de consumo e produção (Brasil, 2015). Atualmente a NDC do país inclui os objetivos de reduzir as emissões de GEE em 53%, precisamente 1,2 gigatonelada de gás carbônico, até 2030 e de zerar as emissões líquidas até 2050 (Brasil, 2023).

Além disso, o governo brasileiro está a elaborar o Plano Clima. Desde o final de 2023 o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) se esforça para compor esse Plano, que atuará como guia da política climática brasileira até 2035. Estruturado em dois pilares – Mitigação e Adaptação – a estratégia engloba um conjunto de ações amplificadas para a ação climática, com o intuito de lidar com a necessidade de uma transição justa em termos sociais, além de meios de implementação, monitoramento e transparência (Brasil, 2024).

#### **4.3 Cooperação entre BR-UE para o Clima e Meio Ambiente**

A partir dos compromissos expostos anteriormente, ações práticas que auxiliam na execução das metas em matéria de clima e meio ambiente podem ser notadas nos projetos de cooperação da Parceria Estratégica Brasil - União Europeia. Nessa perspectiva, o bloco dos países europeus buscam apoiar o Brasil na direção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo (União Europeia, 2024).

Em nota conjunta, feita a partir de uma reunião interministerial em maio de 2023, ambos os lados enfatizaram a necessidade de uma resposta climática urgente, que vise a conservação e o uso sustentável da natureza. Ressaltaram sobre os compromissos da UE e do Brasil com o cumprimento da Agenda 2030 e com os ODS. Além disso, as autoridades se comprometeram a trabalhar em conjunto para alcançar resultados ambiciosos sob a égide da UNFCCC, do Acordo de Paris e demais regimes internacionais que participam (Brasil, 2023).

Outrossim, o encontro de autoridades brasileiras e europeias visou estabelecer o “Diálogo de Alto Nível sobre Clima e Meio Ambiente entre Brasil e União Europeia”. Objetivou promover o intercâmbio de visões sobre políticas ambientais e climáticas em

âmbito nacional, projetos bilaterais de cooperação, além da coordenação para reuniões e foros multilaterais (Brasil, 2023).

Nesse contexto, é possível traçar uma analogia sobre a difusão de políticas públicas, de OIs para Estados. De acordo com Jakobi (2009, sp), esse processo adota os seguintes instrumentos para se concretizar; disseminação discursiva, formação de padrões, funções coordenativas, meios financeiros e assistência técnica. Essa difusão de políticas pode vir a gerar conflitos ao serem adotadas devido aos interesses diferentes, porém para contornar isso faz-se necessário maior diálogo entre os envolvidos (Carvalho *et al*, 2021, p. 12), como ocorrido nas reuniões que são realizadas entre Brasil e UE.

A Delegação da UE no Brasil tem mantido um diálogo estruturado com instituições governamentais e organizações da sociedade civil (OSC), fóruns e redes e também com o governo do Brasil [...] desenvolvendo novas alternativas para a promoção do desenvolvimento sustentável, redução da pobreza e a boa governança. Neste contexto, a UE centra-se no apoio a ações para fortalecer organizações, assegurando a participação significativa e estruturada nas políticas internas e internacionais, aumentando as suas capacidades como intervenientes-chave nos processos de desenvolvimento (EEAS Brasil, 2021).

Diante do exposto, a estratégia Global Gateway (GG) da União Europeia – fortemente enfatizada pela Presidente da Comissão Europeia no encontro com o Presidente Lula em junho de 2023 – consolida investimentos em projetos que beneficiam as comunidades locais em diferentes lugares no mundo, na América Latina e no Brasil. A iniciativa estabelece recursos e visa conhecimentos conjuntos para beneficiar regiões com o desenvolvimento de tecnologia, inovação, sustentabilidade, energias verdes, agricultura e ações educacionais (Delegação da União Europeia no Brasil, 2024).

Desse modo, o SEAE almeja enfrentar os desafios globais mais prementes, que exigem soluções rápidas e urgentes. As prioridades são a transição energética, transformação digital, apoio a cadeias de valor sustentáveis e a conservação das florestas tropicais (Delegação da União Europeia no Brasil, 2024). A tabela a seguir compila as iniciativas da parceria Global Gateway no Brasil;

**Tabela 2** - Iniciativas do Global Gateway no Brasil.

<b>Iniciativa Global Gateway</b>	<b>Descrição</b>
<b>Energias renováveis</b>	Com condições adequadas para geração de energia solar e eólica, abundância de energias renováveis o Brasil favorece políticas de apoio e compromissos com a descarbonização, logo, geram alto potencial de retorno sobre investimentos.
<b>Eficiência energética</b>	Intercâmbio de conhecimentos e financiamento para promover a eficiência energética nos setores público e privado.
<b>Hidrogênio verde</b>	Criação de ambiente propício ao desenvolvimento da indústria de hidrogênio verde, com financiamento a projetos de energia renovável e eficiência energética.
<b>Fundo Amazônia</b>	Promoção do crescimento econômico alinhado com a proteção ambiental na região amazônica.
<b>Bioeconomia sustentável</b>	Apoiar as cadeias de suprimentos sustentáveis e rastreáveis, impulsionando práticas de bioeconomia na região.
<b>Restauração de terras</b>	Investimento em conservação e sistemas agroflorestais, sustentáveis para garantir a subsistência das comunidades locais.
<b>Tecnologias verdes para empresas</b>	Fornecimento de energia verde e tecnologias de baixo carbono tanto para Pequenas e Médias Empresas como para empresas maiores.
<b>Conectividade digital</b>	Expansão das redes de telecomunicações na região amazônica para melhorar o acesso aos serviços, promovendo inclusão econômica e social, além de benefícios em educação, segurança e saúde pública.
<b>Transportes</b>	As construções de infraestruturas portuárias e ferroviárias para reduzir lacunas de infraestrutura e melhorar a conexão entre o Brasil e Europa.
<b>Água e saneamento</b>	Financiamento de investimentos em serviços e infraestrutura de abastecimento de água e saneamento, promovendo a saúde pública e o bem-estar das comunidades.

Fonte: Adaptado de Delegação da União Europeia no Brasil, 2024.

Em adição, é importante destacar outros grandes projetos que a UE desenvolve regionalmente, na América Latina e conseqüentemente no Brasil. O Programa BELLA visa estabelecer conexões digitais seguras e promover sistemas de educação e pesquisa entre Europa e América Latina. (Programme Bella, 2017). Para isso, a implementação do cabo submarino transatlântico EllaLink – de Sines em Portugal a Fortaleza no Brasil – é a principal ação desse projeto, que beneficiará diversos setores e já mobiliza milhões de euros por intermédio dos investidores do Consórcio Bella (Gehring, 2023, p. 95).

O Programa Amazônia+, também alinhado com o GG, busca melhorar a capacidade dos países da bacia amazônica de mitigar emissões de CO<sub>2</sub>, adaptar aos efeitos das mudanças climáticas, reduzir significativamente o desmatamento e preservar a biodiversidade. No

Brasil, a ação prioriza o apoio na materialização de políticas que fomentem uma economia sustentável de biobases na Amazônia brasileira (Comissão Europeia, 2024).

Outra importante ação de cooperação internacional entre Brasil e UE ocorre através do Euroclima, que é o principal programa da União sobre sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas com a América Latina (Euroclima, 2023). Através dele os Estados buscam reduzir o impacto das mudanças climáticas e seus efeitos, e pretendem intensificar a ação coletiva para o alcance das metas do Acordo de Paris. Implementado em 33 países da América Latina e Caribe (LAC), visa a transição verde e justa, trabalha com comunidades vulneráveis, incluindo mulheres, jovens e populações indígenas (Euroclima, 2023).

O Brasil é um parceiro importante no marco da cooperação regional, com participação ativa em programas regionais como o EUROsociAL+ para a coesão social; EUROCLIMA+ para a cooperação climática; AL-INVEST Verde, para a transição ecológica para uma economia de baixo carbono; AMAZON+, para contribuir a prevenção do desmatamento; COPOLAD, para o diálogo sobre políticas de drogas; EL PACTO sobre segurança cidadã; EUROFRONT sobre gestão de fronteiras, e Erasmus+ para a cooperação entre instituições de educação superior e de formação profissional e a mobilidade de docentes e estudantes (EEAS Brasil, 2021).

Nesse ínterim, o Programa Erasmus+ da UE, criado em 1987 para incentivar a educação, a formação e a juventude, também possui vínculo com instituições de ensino brasileiras. Hodiernamente as prioridades do programa são ajudar gerações de europeus a se tornarem cidadãos ativos, com habilidades, conhecimentos e experiências para enfrentar os desafios atuais e futuros da sociedade (Comissão Europeia, 2024).

Um dos eixos do Erasmus+ são as Ações Jean Monnet, que apoiam o ensino e a investigação dos estudos sobre a União Europeia a nível mundial. Com objetivos e critérios técnicos, a ação segue um modelo de financiamento fixo que destina recursos a Módulos, Cátedras e Centros de Excelência Jean Monnet. Com isso, a iniciativa europeia visa servir também como veículo de diplomacia pública junto dos países terceiros, promovendo valores e melhorando a visibilidade sobre o que a União Europeia representa e procura alcançar (Comissão Europeia, 2024).

#### **4.4 Ações conjuntas BR-UE; entraves de um país em desenvolvimento**

Além das iniciativas robustas expostas anteriormente, a União Europeia no Brasil possui atuação diplomática que abrange setores variados. De modo recorrente as ações de cooperação são publicadas e veiculadas nos canais de informação e mídias sociais da Delegação da UE no Brasil, como Instagram, Site oficial e Youtube. Esses meios de

divulgação contribuem para a transparência das ações e acompanhamento público facilitado das atividades que estão sendo desenvolvidas no território brasileiro.

Assim, comprova-se a prática e regularidade das ações multissetoriais, as quais representam a efetividade crescente do vínculo da Parceria Estratégica BR-UE. Além disso, é importante salientar que as ações são desenvolvidas com diferentes atores da sociedade, como representantes governamentais (federais, estaduais e municipais), organizações da sociedade civil e demais instituições que contribuam para a parceria (Delegação da União Europeia no Brasil, 2021).

A título de exemplificação, abaixo segue o compilado de iniciativas desenvolvidas recentemente e que algum modo estão relacionadas as metas de desenvolvimento sustentável, para o alcance da Agenda 2030, de acordo com os pilares ESG.

**Tabela 3** - Ações de Cooperação promovidas por União Europeia e Brasil.

<b>Eixo Temático</b>	<b>Nome do Projeto de Cooperação</b>
Direitos das Mulheres, Clima e Meio ambiente	Projeto “Caatinga Viva pelas Mãos das Mulheres”
Direitos das Mulheres	Projeto “Conectando mulheres, defendendo direitos”
Direitos das Mulheres, Meio ambiente e sustentabilidade .	Projeto “Mulheres construindo, sistematizando e disseminando soluções socioambientais solidárias e inovadoras”
Direito das Mulheres, Meio ambiente e sustentabilidade	Projeto “Mulheres Empreendedoras da Floresta”
Educação	Youth Sounding Board Brasil
Educação	Climathon
Educação	SUEB (Nacional e regionais)
Direitos dos Povos Indígenas	Projeto "Direitos às florestas – protegendo territórios e promovendo pessoas"
Direitos dos Povos Indígenas	Projetos “Patak Maymu”; “Movikará”; “Tucum”
Direitos dos Povos Indígenas	Projeto "Nossas terras, nossas aldeias: terras indígenas do Amapá e norte do Pará"
Direitos dos Povos Indígenas	Projeto "Defesa de terras e acesso à justiça para os povos indígenas do Brasil"
Sustentabilidade e Integração Regional	Projeto “Fronteira da Paz Sustentável”
Sustentabilidade e Segurança alimentar	Projeto “Amazonia Viva Alimenta”

Diplomacia e Sustentabilidade	VI Diálogo Brasil-Europa; Sociedade Civil e o Financiamento para o desenvolvimento sustentável
Paradiplomacia, Meio Ambiente e Sustentabilidade	Pacto Global de Prefeitos pelo Clima e Energia (GCoM) - UE apoia e financia
Turismo e sustentabilidade	Evento “Conectando Culturas e Natureza: Iniciativas do Turismo Sustentável de Brasil e UE”
Governança, Meio Ambiente e Clima	Simpósio “O Pantanal em um Contexto Global: esforços nacionais e internacionais para proteger a maior planície alagável do mundo”
Governança, Meio Ambiente e Clima	Estratégia para as Florestas Tropicais; promover a bioeconomia e a rastreabilidade das cadeias de abastecimento na Amazônia Brasileira.
Governança, Meio Ambiente e Clima	Evento "Parceria Estratégica UE-Brasil, no âmbito do Mato Grosso do Sul"
Governança e Tecnologia	12º Diálogo Digital Brasil – União Europeia
Governança	Evento “Acordo UE-MERCOSUL – desafios e oportunidades”
Transportes	Apoio a infraestrutura portuária no Brasil, como a do Porto do Pecém.

Fonte: Adaptado; informações dos canais de comunicação da UE no Brasil, 2024.

A partir das resoluções práticas da Parceria Estratégica, Vanessa Capistrano (2023, p. 81) avalia a necessidade de haver mais esforço para integrar o combate às mudanças climáticas às políticas públicas. Complementa ainda sobre a importância de refletir sobre o *saber ecológico* e adotar perspectivas mais emancipatórias, ligadas a *racionalidade ambiental* para gestão e devido uso dos recursos naturais. Para isso, infere que União Europeia e o Brasil devem zelar pelos pequenos passos já adotados e trazer cada vez mais às questões ambientais ao centro das mesas de negociação.

É fundamental que a ciência tradicional se desvincule do seu passado antropocêntrico, utilitarista e legitimador de formas assimétricas de poder e dominação, para a partir daí formular um verdadeiro 'saber ecológico', pautado na racionalidade ambiental, que estimule a transformação e a satisfação das necessidades gerais de modo mais sustentável (Ferreira, 2023, p. 81).

Em desfecho, Marília Closs (2024, p. 44) reitera que nessas negociações, o posicionamento brasileiro em relação a países como os da União Europeia, EUA e China deve ser orientado por visões estratégicas, que possuam o clima e o meio ambiente no centro, e atentas no que diz respeito ao comércio e às cadeias de suprimento, à proteção dos biomas sensíveis e das populações vulnerabilizadas.

## 5. CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou compreender a Parceria Estratégica entre Brasil e União Europeia sob o enfoque das políticas de cooperação internacional para preservação do meio ambiente. Com isso, o recorte temporal de 2007 a 2024 faz jus a análise da evolução desse vínculo. Historicamente Brasil e UE compartilham valores e princípios fundamentais, buscam consolidar papéis de liderança na política internacional, especialmente em pautas sobre desenvolvimento sustentável e mudanças climáticas.

A partir das análises documentais e bibliográficas, em primeiro momento o estudo explicou o processo de integração regional e consolidação do Bloco europeu, com as diversas instituições, regimes e políticas comuns. Nesse contexto, o Pacto Ecológico Europeu estrutura importantes diretrizes para a UE alcançar a neutralidade climática, assim as múltiplas atuações do bloco são orientadas (União Europeia, 2019). Logo, o SEAE e consequentemente o serviço da Delegação da União Europeia no Brasil também buscam atuar de acordo com as regulações e objetivos do PEE. Desse modo, as iniciativas bilaterais buscam a melhoria das relações sociedade-natureza, com ações que promovam investimentos sustentáveis para a transição ecológica.

Em sequência, foram feitas exposições sobre a trajetória da Política Externa Brasileira em relação aos diálogos com a União. Ao apresentar diferentes fases de proximidade, a natureza da Parceria Estratégica proporciona aos atores o mecanismo garantidor do diálogo regular, formalizado e de alto nível, acerca não somente da agenda bilateral, mas também em relação aos temas da agenda multilateral, que influenciam a governança global.

Assim, apesar de serem essencialmente declarações políticas, consolidam ferramentas discursivas que reestruturam a tradicionalidade em termos de diplomacia bilateral. Logo, podem ser entendidas como instrumentos consistentes, em um cenário de multipolaridade emergente, em um mundo inter-relacionado (Lazarou e Fonseca, 2013, p. 113). Nesse ínterim, a cooperação BR-UE elenca projetos robustos para implementar iniciativas efetivas sobre as complexas problemáticas sobre clima e meio ambiente.

Nesse contexto, as políticas de cooperação, entendidas segundo bases teóricas do institucionalismo liberal, precisamente sob a ótica da interdependência complexa e fenômenos de “*spillover*”, cunhados por Robert Keohane (2001) e Joseph Nye (2009), auxiliaram o estudo. Na arena econômica os influentes valores de IED europeus no Brasil, junto ao esforço político para estabelecer os Planos de Ação Conjunto (I e II) que formalizaram 30 Diálogos setoriais, contribuíram fortemente para que os primeiros dez anos da Parceria Estratégica rendessem resultados significativos (Brasil, 2017).

Esse efeito de transbordamento da cooperação em múltiplas arenas, repercute no fortalecimento dos laços de cooperação, confiança e dependência mútua (Keohane; Nye, 1997, p. 236). No entanto, faz-se necessário lidar com as assimetrias inerentes a essas dinâmicas de relação de poder, sobretudo em vista dos desafios ambientais e climáticos que externalizam o corrompimento da economia capitalista e da cultura social contemporânea.

Conforme a abordagem de Viola e Franchini (2022, p. 146) a falta de compromisso climático a respeito do grau em que as sociedades e os formuladores de política assimilam e respondem a crise climática, revela o grande entrave contemporâneo sobre os desafios de alcançar as metas postuladas em regimes internacionais. Com isso, a quarta parte da produção versou sobre o engajamento de ambos os atores em conferências internacionais que formularam acordos ambiciosos em relação a governança ambiental e climática.

Desse modo, faz-se necessário compreender tanto desafios quanto potencialidades que Brasil e UE detém em relação as ações conjuntas que promovam a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, pautado em uma transição ecológica justa e inclusiva. Para isso, o financiamento climático é imprescindível, no entanto muitos países do Sul Global expressam insatisfação com a forma como os recursos e a ajuda ao desenvolvimento estão sendo feitos (Cumarú, 2024, p. 82).

Nessa perspectiva, análises engajadas são fundamentais e contribuem para transcender a retórica e mobilizar ações concretas, como as elencadas na parte final da pesquisa. Logo, é importante avaliar a condução dos diálogos desse eixo de relações, pois o poder normativo da UE por vezes é acompanhado de práticas que apropriam o discurso conservacionista para alcançar objetivos auto interessados e criar medidas protecionistas (Szucko, 2023, p. 156).

Portanto, as mudanças de práticas de produção e consumo devem ocorrer com resiliência, a partir da reconstrução de valores e maior ênfase sobre consciência ambiental e responsabilidades na política internacional. Sob tal ótica, Ferreira (2023, p. 71) compreende que a Parceria Brasil - UE, apesar dos momentos de tensão, tem evidenciado um esforço compartilhado, pautado em nova perspectiva econômico-desenvolvimentista ligada a redução das contradições socioeconômicas entre países e na formulação de políticas públicas que visem a economia verde, mais eficiente na utilização de recursos. Com isso, faz-se necessário que ambos os atores se empenhem em não retroceder os passos já adotados para centralizar as questões ambientais nas mesas de negociação.

## 6. REFERÊNCIAS

APEXBRASIL, Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos. **Mapa Bilateral de Investimentos Brasil-União Europeia**. Brasília, 2023. 91p.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Perspectivas da diplomacia no terceiro governo Lula, 2023-2026** CEBRI-Revista, Ano 2, N°5, Jan-Mar; p.58-78.

BALASSA, Béla. **The Theory of Economic Integration**. Homewood: Richard D. Irwin, 1961.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunicado Conjunto Brasil-União Europeia: Dez anos da Parceria Estratégica**. 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/dez-anos-da-parceria-estrategica-brasil-uniao-europeia](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/dez-anos-da-parceria-estrategica-brasil-uniao-europeia). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa: posições do Brasil**. - Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007: p 105-123.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada)**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/mudanca-do-clima/NDC>. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Rio+20: Eco-92**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/rio20/eco-92>. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Protocolo de Quioto**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/protocolo-de-kyoto>. Acesso em: 04 out. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.192, de 19 de setembro de 1999. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 1999. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3192&ano=1999&ato=564EzYU5keNpWTd96>. Acesso em: 23. out 2024.

CAMARA, Lisa Belmiro. **As Visões divergentes sobre a cooperação na área de segurança: uma análise da construção da parceria estratégica entre Brasil e União Europeia (2003-2010)**. 2017.

CARVALHO, T.; SILVA FERNANDES, J.; PIMENTA DE FARIA, C. A. Organizações Internacionais e Políticas Públicas Nacionais: variáveis organizacionais e instrumentos de difusão. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. e1112, 2021. DOI: 10.21530/ci.v16n2.2021.1112. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1112>. Acesso em: 11 out. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Declaração da presidente Ursula von der Leyen na conferência de imprensa conjunta com o presidente brasileiro Lula da Silva**. 2023. Disponível em: [https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/statement\\_23\\_3210](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/statement_23_3210). Acesso em: 02 abr. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Para uma Parceria Estratégica UE-Brasil. **EUR-Lex**, 2007. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:52007DC0281>. Acesso em: 22 mai. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Erasmus+: Ações Jean Monnet – Ensino Superior**. Disponível em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/programme-guide/part-b/jean-monnet-actions/higher-education>. Acesso em: 11 out. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **Pacto Ecológico Europeu**. 2019. Disponível em: [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC\\_1&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:b828d165-1c22-11ea-8c1f-01aa75ed71a1.0008.02/DOC_1&format=PDF). Acesso em: 10 jun. 2024.

COMISSÃO EUROPEIA. **UE e Brasil chegam a acordo sobre proposta inovadora para mercados de carbono nas negociações climáticas de Paris**. 2015. Disponível em: [https://climate.ec.europa.eu/news-your-voice/news/eu-and-brazil-agree-ground-breaking-proposal-carbon-markets-paris-climate-talks-2015-12-08\\_en](https://climate.ec.europa.eu/news-your-voice/news/eu-and-brazil-agree-ground-breaking-proposal-carbon-markets-paris-climate-talks-2015-12-08_en). Acesso em: 02 out. 2024.

CONSELHO EUROPEU. **Uma nova agenda estratégica para 2019-2024**. 2019. 8p. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/39965/a-new-strategic-agenda-2019-2024-pt.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua política externa: história, instituições e processo de tomada de decisão**. Brasília: FUNAG, 2017. p.224.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL. **A União Europeia e o Brasil - Cooperação internacional**. 2021. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/brazil/uni%C3%A3o-europeia-e-o-brasil-coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional\\_pti?s=191](https://www.eeas.europa.eu/brazil/uni%C3%A3o-europeia-e-o-brasil-coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional_pti?s=191). Acesso em: 14 jun. 2024.

DELEGAÇÃO DA UE NO BRASIL. **Visita dos Chefes de Missões Diplomáticas dos Estados-Membros da União Europeia ao Mato Grosso do Sul**. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/visita-dos-chefes-de-miss%C3%B5es-diplom%C3%A1ticas-dos-e-stados-membros-da-uni%C3%A3o-europeia-ao-mato-grosso-do\\_en?s=191](https://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/visita-dos-chefes-de-miss%C3%B5es-diplom%C3%A1ticas-dos-e-stados-membros-da-uni%C3%A3o-europeia-ao-mato-grosso-do_en?s=191) Acesso em: 10 ago. 2024.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL. **Global Gateway**. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/global-gateway\\_en?s=191](https://www.eeas.europa.eu/delegations/brazil/global-gateway_en?s=191). Acesso em: 15 set. 2024.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL. **União Europeia e o Brasil: Sociedade Civil**. Disponível em: [https://www.eeas.europa.eu/brazil/uni%C3%A3o-europeia-e-o-brasil-sociedade-civil\\_pti?s=191](https://www.eeas.europa.eu/brazil/uni%C3%A3o-europeia-e-o-brasil-sociedade-civil_pti?s=191). Acesso em: 11 set. 2024.

ESPOSITO NETO, Tomaz; PRADO, Henrique Sartori de Almeida (orgs.). **União Europeia: Visões Brasileiras**. Curitiba: Appris, 2019. 255p.

FOLLY, Maiara; CLOSS, Marília; GONZALEZ, Vitória (orgs.). **Política externa brasileira e clima: caminhos para um Brasil ambientalmente responsável e socialmente justo**. Brasília: FUNAG, 2024. 270 p.

HAAS, Ernst B. **International integration: The European and the universal process**. International Organization, v. 15, n. 3, p. 366-392, 1961.

HIRST, Monica.; MACIEL, Tadeu M. **A política externa do Brasil nos tempos do governo Bolsonaro**. SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 20 abr. 2024.

KEOHANE, Robert e NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 4th ed. Nova Iorque: Longman. 1989. 368p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 310p.

LAZAROU Elena, FONSECA, Carmen. **O Brasil e a União Europeia: a Parceria Estratégica em busca de significado**. In LESSA e OLIVEIRA (orgs.), **Parcerias Estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte, Fino Traço, 2013 p. 91-118

LESSA Antônio Carlos; OLIVEIRA Henrique Altemani de (orgs.). **Parcerias estratégicas do Brasil: os significados e as experiências tradicionais**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. 264p.

LESSA, Antônio Carlos; SZUCKO, Angélica. **Europa: integração e fragmentação**. São Paulo: Contexto, 2024. 224p.

LUCIANO, Bruno Theodoro. **As relações Brasil-União europeia e a agenda do desenvolvimento sustentável**. In União Europeia, Brasil e os desafios da agenda do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2016. 208p.

MARCONI, Cláudia Alvarenga; MIRANDA, Rafael de Souza Nascimento. **A conformação de culturas internacionais de (não) cooperação em um espectro possível-desejável: uma análise da parceria estratégica brasil-união europeia à luz do middle ground teórico das RI**. ABRI, [S. L.], v. 8, n. 5, p. 1-15, 2021. Acesso em: 07 jun. 2024.

MEIRELES, Ana. **UE alarga para os Balcãs**. Diário de Notícias. Disponível em: <https://www.dn.pt/mundo/ue-alarga-para-os-balcas-servia-e-montenegro-sao-os-primeiros-9058585.html#media-2>. Acesso em: 14 jul 2024.

MOREIRA, Danilo S. O. **Continuidades e Descontinuidades nos Governos Temer e Bolsonaro na Política Externa Brasileira (2016-2020)**. Mural Internacional, v. 11, p. e51549-e51549, 2020. Acesso em: 07 jun. 2024.

ORBIE, J. **Civilian Power Europe: Review of the Original and Current Debate**. Cooperation and Conflict, vol. 41, no. 1, 2006, p. 28-123. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/45084425>. Acesso em: 29 out. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Ações climáticas atuais são insuficientes para limitar aumento da temperatura global**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/11/1823377>. Acesso em: 09 set. 2024.

PARLAMENTO EUROPEU. **Fichas temáticas sobre a União Europeia**. 2024. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/home>. Acesso em: 15 mai. 2024.

PARLAMENTO EUROPEU. **Poderes e procedimentos**. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/powers-and-procedures>. Acesso em: 09 ago. 2024.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. In: **International Organization**. v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

PROGRAMA BELA. **O Programa Bella**. Disponível em: <https://bella-programme.eu/pt/about-bella/the-bella-programme>. Acesso em: 18 out. 2024

SARAIVA, Miriam Gomes. As relações com a União Europeia (2008–2015). In: DESIDERÁ, Walter Antonio Neto (org). **Política externa brasileira em debate: Dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**. Brasília: Ipea, Funag 2018: c.11, p 273-300.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. **Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro**. Relações Internacionais, [S.L.], n. 64, p.117-137, 2019. Instituto Portugues de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa. <http://dx.doi.org/10.23906/ri2019.64a08>. Acesso em: 5 mar 2024.

SZUCKO, Angélica Saraiva; FRANCHI, Tássio; FERREIRA, Vanessa Capistrano (org.). **Meio Ambiente, Segurança e Desenvolvimento: União Europeia e Brasil**. Curitiba: CRV, 2023. 210p.

UNFCCC. **What is the triple planetary crisis?** Disponível em: <https://unfccc.int/news/what-is-the-triple-planetary-crisis>. Acesso em: 04 nov. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **Tipos de instituições e órgãos**. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/types-institutions-and-bodies\\_pt](https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/types-institutions-and-bodies_pt). Acesso em: 17 ago. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **História da UE**. 2024. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu\\_pt](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu_pt). Acesso em: 20 jun. 2024.

UNIÃO EUROPEIA. **UE e Brasil concordam com proposta inovadora sobre mercados de carbono nas negociações climáticas de Paris**. Disponível em: [https://climate.ec.europa.eu/news-your-voice/news/eu-and-brazil-agree-ground-breaking-proposal-carbon-markets-paris-climate-talks-2015-12-08\\_en](https://climate.ec.europa.eu/news-your-voice/news/eu-and-brazil-agree-ground-breaking-proposal-carbon-markets-paris-climate-talks-2015-12-08_en). Acesso em: 02 set. 2024

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matias Alejandro. **Governança ambiental: da destruição das florestas até os objetivos de descarbonização**. Revista USP, São Paulo, Brasil, n. 134, p. 143–162, 2022. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i134p143-162. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/202384>. Acesso em: 27 set. 2024.

VIOLA, Eduardo J.; LEIS, Hector R. **Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo**. In: LEIS, Hector R. (org.). Ecologia e política mundial. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. p. 23-50.